

A vida no fio da enxada

Luciano da Silva Alvarenga

Luciano da Silva Alvarenga

A VIDA NO FIO DA ENXADA

Agricultura de alimentos em Taubaté. 1798-1835

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em Economia, A/C História Econômica.

Orientadora: Prof^o. Dr.^o. Maria Lúcia Lamounier

Araraquara

2001

Alvarenga, Luciano da Silva

Agricultura de alimentos em Taubaté na virada do século XVIII para o XIX.

História da agricultura em Taubaté - SP, 1798/1835. Araraquara - SP, 2001.

Dissertação - Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista.

1. Maços de População. 2. Atas de Câmara.

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo central a análise da agricultura de alimentos em Taubaté no período entre 1798-1835, apreendendo suas formas de reprodução e vínculos com as atividades de caráter tipicamente comercial, como é o caso do cultivo do café, cana e criação de porcos. Inicialmente buscou-se, por meio de revisão bibliográfica, apreender em que termos está posto o debate em torno da questão sobre a agricultura de alimentos na historiografia. Utilizando diversos documentos do período, principalmente as listas nominativas, foi possível acompanhar a dinâmica comercial e a interatividade dos agentes envolvidos em meio às transformações que precedem a expansão cafeeira. Os resultados revelam a permeabilidade dos agentes imersos nas mais diversas atividades econômicas. Há evidências de que os agentes econômicos envolvidos nas atividades de auto-subsistência, não raras vezes, produziam para o abastecimento, plantavam café e criavam porcos. Estratégias de sobrevivência adotadas de acordo com a oportunidade e condições vigentes. A presença preponderante da mão-de-obra familiar determinava, por seu turno, as estratégias que melhor convinham à reprodução da unidade produtiva.

Luciano da Silva Alvarenga

A vida no fio da enxada.

Agricultura de alimentos em Taubaté. 1798-1835

Comissão Julgadora

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador.....

2º Examinador.....

3º Examinador.....

Araraquara - SP, 13 de dezembro de 2001.

DADOS CURRICULARES

Luciano da Silva Alvarenga

Nascimento	12. 11. 1974
Filiação	Gervano Antunes Alvarenga Helena Camargo da Silva
1994/1998	Curso de Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Araraquara
1999/2001	Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia, Concentração História Econômica. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - Araraquara.
2000/2001	Professor, Faculdade de Educação, Ciências e Artes “Dom Bosco” - Monte Aprazível/ SP.

**Em memória de Gervano Antunes Alvarenga
à Helena Camargo da Silva, mulher de fibra.**

Agradecimentos

Inúmeras foram as pessoas que colaboraram para que esse trabalho fosse concluído e a elas sou imensamente grato. Algumas, porém, pela proximidade com que acompanharam essa caminhada faço questão de mencionar.

À minha orientadora Maria Lúcia Lamounier que me possibilitou os primeiros passos pelo universo da pesquisa acadêmica.

Ao Gabriel Rached, agradeço pelo bonito gesto de solidariedade e solicitude.

Ao amigo Marcelo E. Leite companheiro e parceiro nesses anos de mestrado.

Ao também amigo Rubens A. da Silva pela paciência com que muitas vezes me ouviu vociferar contra o mundo.

Ao José Carlos Damasceno, amigo que me tirou de uma das piores fases da minha vida.

Ao amigo Nei, que possibilitou que eu pudesse concluir as pesquisas em Taubaté, cedendo sua casa para a minha estada.

Aos amigos Céio A. Freire e Maria Antónia Calazans pelos fecundos bate-papos ao pé do fogão à lenha.

Agradeço às amáveis Lia e Ritinha do Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho - Taubaté. Duas mulheres que fazem do trabalho de pesquisa uma arte de fazer amigos.

Ao Maurício M. Alves agradeço pela inestimável ajuda que me

concedeu cedendo dados para a pesquisa e me indicando caminhos.

Agradeço aos professores Renato P. Colistete e Maria Alice Ribeiro pelos frutíferos comentários e argüições que fizeram por época do exame de qualificação desse trabalho.

Agradeço ainda ao Alessandro de Mello, Maurício N. Lobo, Alexandre Faraoni, Lucivaldo A. Barros, Maria Aparecida de Oliveira, Gisele Côrtes, Cláudio Laporta, Luís Jorge Baraldo e Sílvia Sisole.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, especialmente Rodrigo, Fernanda e Émerson.

Aos funcionários José, Cláudia, Sílvia e Gina da Biblioteca Da FCL/ Car.

Ao colega de trabalho Luiz Marçal da Faculdade Dom Bosco - Monte Aprazível/ SP que me ajudou a utilizar o *excel* de maneira útil.

Agradeço de maneira especial a Faculdade Dom Bosco que me concedeu uma Bolsa de Mestrado e possibilitou que essa dissertação pudesse ser realizada.

Agradeço a UNESP, instituição que se destaca pela qualidade do ensino que oferece e pelas possibilidades que dá a um sem-número de pessoas de baixa renda de poderem estudar e redesenhar as linhas de um futuro quase sempre inglório.

Leandra, Lucimara e Camila Alvarenga, muito obrigado pela confiança e pela força que sempre fui buscar em vocês.

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1. Olhar da historiografia.....	25
1.1. O debate na historiografia sobre o mercado interno e economia exportadora.....	26
1.2. Mercado interno e agricultura de abastecimento: novas abordagens.....	37
Capítulo 2. Taubaté: das bandeiras ao café. A agricultura de alimentos e sua dinâmica.....	51
2.1 As bandeiras e a razão de ser de Taubaté.....	51
2.2. Aumento populacional e o incremento das atividades comerciais: entre os séculos XVIII e XIX.....	55
2.3. Nas entrelinhas da economia taubateense, 1778-1817.....	75
2.3.1. Por dentro dos fogos, 1798-1808.....	75
2.3.2. Transformações no mercado e o rearranjo dos produtores, 1808-1817.....	84
Capítulo 3. Entre 1817 e 1835: a agricultura de alimentos e os cafeicultores?.....	90
3.1. Agricultura de alimentos e a diversidade de atividades entre os anos de 1817 e 1835.....	91
3.2. Agricultores, produção e mão-de-obra. O ano de 1835.....	105
3.3. Estrutura dos domicílios em 1835.....	116
4. Considerações finais	123
Fontes e Bibliografia	126

Índice de Tabela

Tabela 1. Evolução da população do município de Taubaté e do Vale de Paraíba paulista. 1765 1854.....	55
Tabela 2. Média de produção por fogo segundo tamanho de plantel. Taubaté, 1774.....	67
Tabela 3. Produção agrícola comercializada. Taubaté, 1798.....	76
Tabela 4. Distribuição de escravos e fogos na atividade de autoconsumo.....	78
Tabela 5. Distribuição de escravos e fogos na agricultura comercial de alimentos.....	80
Tabela 6. Evolução das vendas reais da agropecuária.....	81
Tabela 7. Evolução das vendas de porcos por domicílio.....	83
Tabela 8. Evolução dos fogos envolvidos com a criação de porcos, sendo esta sua atividade econômica principal.....	88
Tabela 9. Evolução dos fogos produtores de café, quando esta é sua principal fonte de rendimentos em relação ao total.....	92
Tabela 10. Média de produção por fogo segundo tamanho de plantel. Taubaté, 1835.....	95
Tabela 11. Número de fogos por produto e plantel. Taubaté, 1835.....	96
Tabela 12. Relação dos fogos por conjunto de atividades e plantel possuído. Taubaté, 1835.....	106
Tabela 13. Relação de produção dos fogos com filhos e escravos em relação ao total.....	108
Tabela 14. Número de fogos por condição civil e naturalidade. Taubaté, 1835.	117

Introdução.

O caminho percorrido por essa pesquisa foi trilhado por dúvidas, inquietações e, sobretudo, muita desconfiança. Desde o início, ainda em pesquisa de iniciação científica, foi possível perceber, à medida que me familiarizava com o tema da expansão cafeeira no século XIX em São Paulo, várias lacunas que, pela falta de estudos mais localizados e de caráter menos abrangente, tornavam o entendimento da historiografia do Vale do Paraíba marcado por um forte traço de generalidade.

O que primeiro chamou a atenção, embora não seja essa a intenção da presente pesquisa, foram os debates em torno da "decadência do Vale " e sua incapacidade ou impossibilidade de sair do "lodo sem flor" em que estava inserido.

Escorregando pela história cafeeira do Vale Paraíba paulista foi possível ver que os dados e tabelas a respeito da produção cafeeira ao longo da segunda metade do século XIX indicavam a manutenção da produção do café em níveis que eram considerados pela historiografia o *boom* produtivo da região. De acordo com esses dados, a produção de café no Vale mantinha níveis altos de produção até os fins da década de 1880. Contraditoriamente, a historiografia afirma que a região está em franca decadência, num momento em que a produção ainda continuava em alta.

Estranhamente, a mesma historiografia que assinalava o movimento "civilizatório do café" num primeiro momento, é taxativa em apontar sua decadência no momento seguinte, sem que, contudo, nada tenha se alterado nas condições favoráveis ou não que já se desenrolavam ao longo do período. Isso fica melhor evidenciado se considerarmos que nem mesmo os contemporâneos desse desenrolar da história viam a situação como decadente. Transformações estavam ocorrendo, o que é inegável, mas se precipitar a dizer que tudo é decadência, é um passo por demais perigoso.

O reconhecimento da crise, com as subseqüentes mudanças de atitude e a aceitação da inversibilidade do processo na lavoura só aparecem com certa constância nos documentos do século XX. Anteriores a estes, encontram-se unicamente referências à crise política que atravessava o país. Portanto, a noção de decadência não surgiu naquele lugar e momento.¹

Considere-se ainda que, de maneira geral, convencionou-se afirmar a decadência do Vale em contraposição ao esplendor vivenciado no Oeste paulista. Nota-se que a periodização dada pela historiografia para a decadência a partir da década 1870 não coincide com a dinâmica ainda apresentada pelo Vale do Paraíba paulista. Mesmo porque não há uma ruptura com o momento anterior, mas transformações em novas direções.

A impressão que toma conta de quem procura informar-se da história do Vale do Paraíba paulista no século XIX é de que a região passou a existir a partir do momento em que o café foi tomando conta de seus vales e campos. Uma região tomada de cafeeiros, pontilhada de negros escravos sob a lei de

¹ SOTO, M. C. M. Pobreza e conflito (Taubaté, 1860-1935). Tese de Doutorado. USP. p.

ferro de senhores escravocratas é o primeiro desenho que ganha a imaginação. Num segundo momento é a imponência de um Vale que imprime na história paulista uma civilização, a “civilização do café”. A partir disso, tudo é ou foi café, como se nada além disso tivesse existido.

A região e as pessoas que existiam anteriormente aos cafeeiros são descritas como “...muito pobre e a maior parte miseráveis...”² convivendo em meio a alguns lapsos de produção de cana de açúcar. Viveria a região uma espécie de prelúdio do que seria o ressuscitar - sob a ótica da economia exportadora - da Capitania de São Paulo nos lustros iniciais do dezenove.

Entre a decadência da mineração e o início da expansão cafeeira é como se a região fosse apenas um pedaço de terra a ligar pontos equidistantes da colônia. Entretanto, entre o auge da produção de ouro até a expansão do café outros elementos estavam em curso ditando comportamentos e indicando mudanças. Basta lembrar a instalação da capital da colônia no Rio de Janeiro (1763) bem como a instalação da corte portuguesa na cidade décadas depois (1808). Fatos que causaram um rebuliço não só no Rio de Janeiro, mas em toda a região. O pipocar de vilas e centros urbanos no Vale do Paraíba na virada do dezoito para o dezenove é indicativo da movimentação em curso. Entretanto, a história é contada de tal maneira que parece que somente com o advento da rubiácea a vida daria seu encanto e brilho a esses cantos da colônia, ou por outro lado, com o declínio do café tudo é morte.

A dissertação que se apresenta traz em suas linhas a preocupação de

42 .

²HOLANDA, S. B. & MAIA, T. *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. São Paulo: Nacional, 1975.p. 24.

examinar um tema, atualmente caro à historiografia, que é o da agricultura de alimentos no Brasil colonial e imperial.

As pesquisas em torno desse tema ganharam relevância à medida em que os estudos do Brasil de antanho ganharam em minúcia e profundidade.

Adentrando o rol de pesquisas que têm no mercado interno o fundamento de sua realização, procurou-se com esse texto examinar o papel significativo que a agricultura de alimentos conseguiu engendrar em meio ao desenvolvimento populacional e econômico de Taubaté na virada do século XVIII para o XIX.

O tema dessa dissertação é a agricultura de alimentos no Brasil colonial e imperial, para tanto interessa sondar de que maneira é tratada pela historiografia as atividades ligadas à agricultura de alimentos, pelo menos no que toca à sua definição.

Não existe consenso sobre a utilização de determinados termos para designar as atividades ligadas à produção de alimentos, sejam aqueles produzidos para o autoconsumo ou para o comércio. Agricultura de alimentos, economia de subsistência e agricultura de abastecimento, entre outros, são termos facilmente encontrados nos estudos que tratam do tema ou, de alguma maneira esbarram nele.

A falta de terminologia adequada e consensual com respeito às diferentes situações que envolvem a produção de alimentos evidencia a pouca atenção e os escassos estudos ainda realizados nesse campo e também a pouca importância dada à questão da agricultura de alimentos.

Linhares e Teixeira utilizam o termo *agricultura de subsistência* para se referir tanto à produção de alimentos voltada para o autoconsumo como aquela voltada para o comércio. Quando se referem à atividade de produzir alimentos, em geral, os autores dizem *agricultura produtora de alimentos*.³ Esses autores usam também o termo *economia de subsistência*. No entanto, não fica claro sobre o que exatamente se está falando, se agricultura de subsistência para autoconsumo ou agricultura de subsistência voltada para o comércio.

Em capítulo do livro *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo* intitulado *Agricultura de Subsistência*, Prado Jr. denomina as atividades voltadas para a produção de alimentos e que são comercializadas internamente na colônia ou consumidas nas unidades produtivas, como *agricultura de subsistência*. “Já aponteí acima os motivos... entre a grande lavoura... e a agricultura que chamei de ‘subsistência’, por destinar-se ao consumo e à manutenção da própria colônia”.⁴

Já em Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, o termo *subsistência* aparece vinculado à produção voltada para o autoconsumo dos próprios produtores. Segundo o autor, o baixo grau de especialização e comercialização dos setores ligados ao mercado interno colonial justifica a utilização do termo *subsistência* para designá-los.⁵

³LINHARES, M. Y. & TEIXEIRA, F. C. *História da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 117, 127, 134.

⁴PRADO Jr. C. *Formação econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 157.

⁵FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1989, p. 59-60.

Metcalf, em *Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba*, diferencia a *agricultura de subsistência* de uma *agricultura de autoconsumo*. Para a autora, o termo *agricultura de subsistência* está vinculado à venda dos produtos no mercado. Fica implícito, por outro lado, a utilização do termo *autoconsumo* para a atividade em que o alimento é produzido e consumido na própria unidade produtiva.⁶

Rangel, em sua tese de doutoramento, *Escravidismo e riqueza. Formação da economia cafeeira no município de Taubaté*, utiliza dois termos para se referir à produção de alimentos. Para indicar o cultivo de alimentos voltado para o consumo da própria unidade produtiva, Rangel utiliza o termo *autoconsumo ou subsistência*. Ao tratar da produção de alimentos que se destinava à venda o autor utiliza o termo *agricultura comercial*.⁷

Bacellar, por sua vez, pesquisando *Família e sociedade numa economia de abastecimento interno - Sorocaba, XVIII-XIX*, denomina o plantio de alimentos para a venda de *economia de abastecimento* e a parte a ser consumida no fogo produtor de produção para *autoconsumo*.⁸

Assunção, em pesquisa sobre *Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão*, divide as atividades para fins internos à colônia em dois setores, um que seria aquele voltado para a (auto) subsistência e; um segundo setor com produção para o

⁶METCALF, A. C. Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. *Estudos Econômicos*. vol. 13, nº Especial, 1983, p. 776.

⁷RANGEL, A. de S. *Escravidismo e riqueza . Formação da Economia Cafeeira no Município de Taubaté*. 1765-1835. Tese de Doutorado. USP, 1990, 147.

⁸BACELLAR, C. de A. P. *Família e sociedade numa economia de abastecimento interno.. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. SÃO Paulo, 1994, p. 116, 121.

mercado interno. Neste caso, a *agricultura de subsistência* está associada ao *autoconsumo*, enquanto a produção de alimentos para o mercado interno é destacada como de *abastecimento*.⁹

Em *Nem senhores, nem escravos*, Valter Martins procura delinear a pequena agricultura de alimentos em Campinas entre 1800-1850. O autor utiliza o termo *subsistência* para designar tanto o plantio de alimentos voltado para o comércio como para o autoconsumo.¹⁰

Manolo Florentino e João Luís Fragoso, em *O arcaísmo com projeto*, utilizam o termo *abastecimento* quando se referem a uma agricultura de alimentos voltada para o mercado interno.¹¹ Não há referência sobre a produção para a auto-subsistência do fogo produtor.

As distinções feitas em alguns estudos das atividades voltadas para o autoconsumo daquelas destinadas ao comércio, encerram, ao meu ver, algumas limitações. Limitações que, no caso de pequenos produtores, impossibilitam apanhá-los em seu real envolvimento com a produção e/ou comércio do qual fazem parte. É mister dizer, que estarei me referindo à produção de milho, feijão e arroz quando mencionar as atividades ligadas à *agricultura de alimentos*, ao passo que tratarei como *atividades produtoras de alimentos* aquelas que produzindo os gêneros mencionados também estejam envolvidas com a criação de porcos. Só se fará uso do termo *subsistência*

⁹ASSUNÇÃO, M. R. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. *Estudos: Sociedade e Agricultura*. nº 14, abril, 2000, pp. 33-34, 47.

¹⁰MARTINS, V. *Nem senhores, nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas. 1800-1850*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996, pp. 17, 24.

¹¹FRAGOSO, J. L. & FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim,

quando se fizer menção explícita ao cultivo de gêneros para o autoconsumo, salvo quando estiver me referindo a outros autores.

Para a análise da agricultura de alimentos, esse estudo utiliza basicamente informações extraídas dos censos do período, as listas nominativas. A maneira como os autores têm utilizado esses documentos evidentemente tem influenciado as diversas formas de definir a agricultura de alimentos e merece alguns comentários iniciais.

Os estudos que procuram mapear a produção dos domicílios, em geral, fazem a classificação dos fogos a partir do principal produto ou da ausência de produção. Não raras vezes o principal produto é definido pelo valor monetário que possuía no mercado ou se o destino era a exportação ou não. Assim, o domicílio é, em geral, qualificado e classificado como domicílio cafeeiro, canavieiro, pecuarista, de subsistência ou alimentos - exportação ou mercado interno.

Quando o caso a estudar são os grandes domicílios, caracterizados pela produção de gêneros voltados para exportação, como é o caso das propriedades cafeeiras ou açucareiras, não há problemas, porque nesses casos o caráter da produção define o tipo de agricultor: cafeeicultor ou senhor de engenho.

Entretanto, quando se fala em pequenos produtores esse tipo de divisão constitui uma limitação ao entendimento da diversidade de situações em que estavam inseridos os produtores de pouca envergadura. Esses produtores dificilmente se dedicavam a um produto exclusivamente. Assim, não podem ser

definidos pela produção de um produto em especial. Nesse caso, podemos encontrar em um mesmo fogo a produção de alimentos aliada à produção de produtos para a exportação. Vejamos um exemplo: o domicílio taubateense de Bartolomeu M. em 1835.

Bartolomeu M., 56 anos, pardo (livre), lavrador, casado, cinco filhos, entre 2 e 28 anos. Produz milho 60 carg. 30\$000 réis, feijão 8 alq. 16\$000 réis, arroz 20 alq. 20\$000 réis, porcos 10 capados 100\$000 réis, café 50 as. 100\$000 réis. Planta para a sua sustentação. Tem um mil pés de café.¹²

Observa-se que a definição desse fogo (domicílio) a partir de um único produto limita a diversidade econômica do meio. Os estudiosos interessados em mapear as atividades voltadas para exportação, possivelmente, enquadrariam o fogo acima citado como sendo produtor de café e voltado para exportação. Entretanto, a produção de milho, feijão e arroz e criação de porcos indica o envolvimento do fogo com o comércio de alimentos; a ausência de escravos aponta que o fogo se mantém com o trabalho familiar. Pode ser que a característica de exportação da produção do fogo não fosse a principal atividade.

Outro ponto que considero problemático nos estudos sobre os pequenos produtores de alimentos é aquele ligado à classificação dos fogos a partir da sua participação ou não no mercado de vendas. A divisão é feita separando os domicílios entre aqueles em que os produtos foram vendidos e aqueles que nada se vendeu. Temos, assim, no caso dos agricultores, dois grupos: agricultura comercial e agricultura de subsistência.

¹²Lista Nominativa, Taubaté, 1835. Arquivo do Estado.

Esse tipo de classificação dos domicílios não contribui para o aprofundamento das pesquisas sobre os produtores - principalmente agricultores - de alimentos. Isso por que as atividades dos pequenos produtores de alimentos podem ter um duplo significado. Por um lado, as atividades constituem um meio de se vincular ao comércio local/regional com a venda de produtos básicos para a alimentação da população. Por outro, elas são de fundamental importância para a reprodução da subsistência do fogo envolvido na sua produção - de alimentos.

Essa dupla face dos fogos produtores de alimentos, isto é, com caráter comercial e de subsistência não compromete a análise, por exemplo, das propriedades envolvidas com as atividades de exportação. Aqui não há equivalência entre produzir para o comércio exportador e para a auto-subsistência o que permite qualificar as atividades de exportação, a partir do critério comercial sem afetar o seu entendimento. Entretanto, o mesmo procedimento pode desvirtuar a compreensão da realidade dos produtores de alimentos, principalmente, os agricultores.

Se o pesquisador entender que a produção não vendida ou a não-produção significa um domicílio apenas dedicado à auto-subsistência dificilmente ficará explicado, por exemplo, de que maneira os fogos, nessas condições, compravam escravos.

João Levino, 52 anos, casado, agricultor, 6 filhos (entre 1 e 18 anos), 4 escravos - dois homens (26 e 11 anos) e duas mulheres (22 e 5 anos). Planta para sua sustentação.¹³ Não menciona produção.

¹³Lista Nominativa, Taubaté, 1835. Arquivo do Estado.

Certamente, o critério da comercialização da produção como forma de explicar a condição em que estava o fogo quando foi feito o censo não possibilita saber de que maneira o *João Levino* conseguiu comprar 4 escravos. Está claro que, de alguma forma, não vivendo apenas de sua subsistência, esse agricultor passou a ter escravos.

Como veremos adiante, boa parte dos estudos que examinam a história do Brasil privilegiam as atividades de exportação e enfatizam os aspectos comerciais das atividades produtivas. As pesquisas recentes que se dedicam à análise das atividades de produção de alimentos revelam a necessidade de se partir de procedimentos diferenciados daqueles desenvolvidos para o entendimento das atividades voltadas para a exportação.

As condições de produção em que estavam inseridos os pequenos produtores eram diferentes daquelas onde se encontravam os grandes fazendeiros. Aqueles, por sua condição econômica debilitada, tinham de contrabalançar a manutenção econômica e comercial do domicílio com sua própria subsistência. Como veremos, o vínculo com atividades diversas foi o meio encontrado de equilibrar essas duas faces do roceiro de antanho: a vida comercial e a produção dos gêneros necessários à vida.

Os capítulos que compõem essa dissertação estão divididos da seguinte forma:

O primeiro capítulo busca examinar o papel e o lugar da agricultura de abastecimento/alimentos dentro da historiografia que trata do tema e do período. O propósito é focalizar o modo como a historiografia aborda os vínculos entre agricultura de abastecimento e mercado externo chamando a

atenção para a importância de estudos recentes que têm focalizado o mercado interno e o papel da agricultura de alimentos em regiões diversas do Brasil colonial e imperial.

O segundo capítulo, “Taubaté: das bandeiras ao café. A agricultura de alimentos e sua dinâmica”, constitui uma introdução histórica ao Município de Taubaté, buscando ressaltar sua posição geográfica privilegiada que favorece o comércio e a produção de alimentos. A posição privilegiada de Taubaté possibilitou o desenvolvimento de inúmeras atividades ligadas ao comércio de beira de estrada, desde o atendimento técnico às tropas de passagem até a venda de alimentos para os tropeiros. O capítulo procura mostrar que as transformações econômicas ocorridas com a transferência da capital colonial para o Rio de Janeiro bem como a instalação da corte portuguesa nessa cidade provocou mudanças que possibilitaram um grande aumento populacional e comercial na região do Vale do Paraíba paulista, determinando o comportamento dos pequenos produtores de alimentos e sua inserção no mercado local/regional.

O terceiro capítulo, “Entre 1817-1835: a agricultura de alimentos e os cafeicultores?”, procurou evidenciar a partir da Lista Nominativa de 1835, referente a Taubaté, a estrutura produtiva e civil dos fogos envolvidos com as atividades agrícolas nesse ano na localidade citada, enfatizando o caráter ainda familiar de sua produção. Procura-se ressaltar a dificuldade em separar os pequenos produtores de alimentos segundo os ramos de atividade. Dificuldade que se traduz no fato de que em 1835 mais da metade dos

produtores de café o fazem sem mão-de-obra escrava, o que significa apontar o seu vínculo com outras atividades não ligadas apenas ao cultivo da rubiácea.

Essa dissertação tem como base de dados as Listas Nominativas do Município de Taubaté referentes aos anos de 1798 e 1835. À exceção do ano de 1835, em que os dados foram por mim colhidos no Arquivo do Estado de São Paulo, procurei utilizar os dados já coletados e organizados por Armênio de Souza Rangel em sua tese de doutoramento *Escravidão e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835*. Utilizei também como fontes as Atas de Câmara de Taubaté, livros, panfletos e jornais locais.

Capítulo 1. O Olhar da Historiografia.

“...é dado como certo que a insistência do olhar, a troca de ângulos para o vislumbre (a nova perspectiva) são recompensadas com o desvelamento da realidade”. (FREITAS: 2000, p. 8).

A dissertação que se apresenta focaliza um período de grandes transformações na economia e sociedade brasileiras num momento de desestruturação do sistema colonial e de tentativa de construção de um país independente.

O período entre o final do século XVIII e início do XIX é marcado pelo aumento populacional e dinamização das atividades produtivas na colônia, seguidas de uma integração maior entre as regiões e a intensificação das atividades comerciais. A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro provocou mudanças significativas no contexto sócio-econômico da cidade do Rio de Janeiro e nas relações entre as diversas regiões coloniais, sobretudo aquelas mais próximas da sede da corte.

Taubaté e o Vale do Paraíba paulista não ficaram fora desse novo contexto que se desenha com tais transformações, principalmente, por fazer parte de uma região que era uma das principais vias de acesso da capitania de São Paulo ao Rio de Janeiro, o Vale do Paraíba.

O objetivo deste capítulo é examinar algumas questões referentes às relações entre a agricultura voltada para a exportação e a existência ou não de um mercado interno luso-brasileiro e, o papel e importância da agricultura de alimentos em algumas regiões do país.

1.1. O debate na historiografia sobre mercado interno e economia exportadora.

A ruptura dos laços coloniais e a formação de um país independente em 1822, criou a necessidade - por parte dos homens e grupos sociais que participaram do processo de Independência - de se pensar e escrever a história do Brasil a partir dos elementos-chaves que tiveram significativa importância para o desenvolvimento da colônia portuguesa. Os elementos de que se fala, foram aqueles inicialmente ligados à administração política colonial dos governadores e vice-reis.

Pensar a história brasileira desse ponto de vista significou organizar historicamente as características que marcaram a formação do Brasil desde os seus primórdios. Isto é, economia essencialmente agrária e marcada pela grande propriedade - seja o latifúndio de tipo agro-exportador ou o latifúndio pecuário - pelo trabalho compulsório do negro, engajado na monocultura de produtos tropicais voltada para o mercado exportador.

A concentração de centros urbanos ao longo da costa, com as principais cidades tendo como característica fundamental o papel de centros portuários, a preponderância das populações rurais patriarcais com seu poder político privado e local,¹⁴ somado às grandes dimensões geográficas do território, completava o quadro histórico de formação do Brasil.¹⁵

Encadear e explicar os elementos supra citados foi condição primeira no sentido de se construir um pensamento historiográfico brasileiro.¹⁶ Dentro dessa perspectiva deveriam ser consideradas ainda as transformações

¹⁴LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Revista Forence, 1948.

¹⁵LINHARES & TEIXEIRA, pp. 108-109.

¹⁶LINHARES & TEIXEIRA, p. 108.

advindas da formação do Estado Nacional, 1822, a unificação do território brasileiro e a construção de uma unidade lingüística, bem como, a expansão demográfica verificada ao longo do século XIX, a abolição e a formação de um mercado de trabalho livre.¹⁷ A interpretação dessas questões, pelos estudiosos, levou

*...ao surgimento de um gênero historiográfico que oscilava entre a história econômica e a história jurídico-política...”, isto é, as “..épocas da história do Brasil surgiam conforme as administrações dos governadores e vice-reis, e das dinastias peninsulares.*¹⁸

De acordo com Linhares e Teixeira, é com a publicação, em 1937, da *História Econômica do Brasil* de Roberto Simonsen que se inicia uma nova fase nos estudos historiográficos brasileiros.¹⁹ Grande parte desses estudos enfatizam o princípio de que as atividades econômicas, em território luso-americano, eram caracterizadas pelo que se chamou de “ciclos” ou “épocas”. As atividades econômicas desenvolvidas no Brasil, ao longo da colônia e império, respeitariam um tempo de maturação e desenvolvimento, teriam um ápice a partir do qual decairiam ou mesmo desapareceriam no momento posterior.²⁰

O fator principal que acompanha a exposição da história a partir da idéia de ciclo é o fato de que nenhum outro produto ou atividade econômica, além do produto que caracteriza o ciclo (açúcar, ouro, café etc.) aparece, mas se

¹⁷LINHARES & TEIXEIRA, p. 109

¹⁸LINHARES & TEIXEIRA, p. 109.

¹⁹LINHARES & TEIXEIRA, p. 110.

²⁰cf. SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 3º ed. São Paulo: Nacional, 1957.

aparece é de maneira subsidiária, insignificante, e mesmo assim raras vezes.²¹ É o caso dos pequenos produtores nordestinos de cana arrendada e, no caso da pecuária, dos pequenos produtores familiares do Vale do São Francisco que não são considerados na obra de Simonsen mencionada anteriormente. Esse tipo de pensamento desconsidera o fato de que nem sempre o produto rei desaparece com o seu declínio econômico. Afora poucos casos, como o do pau-brasil, os produtos continuam sendo produzidos; eles não desaparecem para dar espaço ao surgimento de um outro.²²

Há nesse tipo de interpretação a intenção de se buscar nos ciclos econômicos a razão explicativa para o desenvolvimento econômico geral. Credita-se ao produto rei um poder organizador e ordenador da economia capaz de estruturar toda a economia colonial. Entretanto, observa Linhares,

*...o que permanece é a concepção de que os vínculos comerciais de um produto com o mercado mundial são suficientes para dotá-lo de certa magia que se irradia por todos os demais setores da economia colonial, dando-lhe um sentido inequívoco....*²³

No rastro desse tipo de interpretação um sem número de atividades econômicas, como é o caso da agricultura de alimentos, são desconsideradas dos estudos histórico-econômicos.

Momento posterior na historiografia brasileira se dá em 1942 com a publicação de Caio Prado Jr. de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Rompendo com a idéia de que cada fase da colônia corresponderia a um

²¹cf. SIMONSEN.

²²LINHARES & TEIXEIRA, p. 112.

²³LINHARES & TEIXEIRA, p. 113.

produto de exportação, isto é, a um ciclo, Prado Jr. busca o “sentido” da colonização como um prolongamento do desenvolvimento comercial europeu. Segundo esse autor, “...a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”, o europeu.²⁴

Nossa razão de ser e de existir estaria assentada no princípio de complementar a metrópole nas suas necessidades mais sentidas. Segundo Prado Jr., o sentido da colônia é o de

*fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro (...) A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo o mais que nela existe, e que aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial.*²⁵

Como a colônia existia para esse fim, um tipo de estrutura se forma assentada na transferência contínua de excedentes para a metrópole de além-mar, isto é, a formação de uma economia colonial exportadora. Decorre, dessa situação, a preponderância do capital mercantil metropolitano sobre toda a estrutura de produção colonial.²⁶

O resultado de tais coisas, segundo Prado Jr., é que a predominância da atividade agro-exportadora e o sentido nela embutido impediram a formação e a existência de atividades ligadas à constituição de um mercado interno. As

²⁴PRADO Jr., p. 20.

²⁵PRADO Jr., p. 119.

²⁶FRAGOSO, *Homens de grossa aventura : acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 52.

unidades agro-exportadoras se auto-abasteciam e a produção mercantil de alimentos se resumia aos incipientes centros urbanos. Prado Jr. menciona que

*...de um modo geral e em princípio, pode-se dizer que a população rural da colônia ocupada nas grandes lavouras e nas fazendas de gado, e que constitui a maior parte do total dela, provê suficientemente à sua subsistência com culturas alimentares a que se dedica subsidiariamente, sem necessidade de se recorrer para fora.*²⁷

Isso quando os produtos exportáveis não encontravam preços vantajosos no mercado de além-mar precipitando a produção de alimentos das unidades exportadoras ao colapso.²⁸

Referindo-se aos que se dedicavam ao comércio de alimentos fora das unidades exportadoras, menciona o autor o fato de que

*Pelo destino dado aos produtos desta pobre agricultura de subsistência, podemos prever sua localização. Ela será naturalmente e de preferência nas proximidades dos grandes centros urbanos a que particularmente serve.*²⁹

O autor faz uma concessão à possibilidade comercial do mercado interno apenas no que toca às atividades ligadas à pecuária.

*Este comércio e consumo de carne relativamente avultados são propulsores de uma das principais atividades da colônia: a pecuária; a única afora as destinadas aos produtos de exportação, que tem alguma importância.*³⁰

²⁷PRADO Jr., p. 159.

²⁸PRADO Jr., p. 159.

²⁹PRADO Jr., p. 160.

³⁰PRADO Jr., pp. 186-187.

Afora a pecuária, estamos diante de um quadro em que o mercado interno é inexistente ou resumido à agricultura de subsistência. Corolário disso é uma população de forros, pobres livres, agregados e outros em sua maioria miseráveis e vivendo mesquinamente do fruto de suas insignificantes obras.³¹

Segundo Caio Prado, pode-se dizer que a incapacidade de se criar um mercado interno dinâmico dado o próprio *sentido* da colonização acabou por impossibilitar a formação na colônia de circuitos internos de acumulação.³²

Seguindo, em linhas gerais os pressupostos de Caio Prado, inscreve-se Celso Furtado. Para esse autor a colônia não constituiria um sistema autônomo, posto estar vinculada ao comércio europeu e ser por ele determinada. Diz Furtado:

*A economia escravista dependia, assim, em forma praticamente exclusiva da procura externa. Se se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário.*³³

Furtado também insiste na transferência de sobretrabalho da colônia para a metrópole. Diz o autor que, a

*...indústria açucareira era suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva cada dois anos. Aparentemente o ritmo de crescimento foi dessa ordem, nas etapas mais favoráveis.*³⁴

Inicialmente, essa constatação leva Furtado a dizer que

³¹PRADO Jr., p. 161.

³²FRAGOSO, p. 53.

³³FURTADO, p. 52.

³⁴FURTADO, pp. 45-46.

*...pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e plantadores de cana.*³⁵

Furtado conclui, portanto, que a grande parte das rendas coloniais era transferida para a metrópole, já que a empresa açucareira não investia plenamente os ganhos auferidos da sua atividade em sua própria expansão, bem como também não eram utilizados dentro da colônia, considerando que as atividades econômicas não açucareira absorviam ínfimos capitais.³⁶ Conclui o autor que,

*A explicação mais plausível para esse fato talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes. Sendo assim, uma parte da renda, que antes atribuímos à classe dos proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não-residentes, e permanecia fora da colônia.*³⁷

Segundo o autor, a consequência disso é o fato de que pouco ou nada de renda existia internamente de modo a fomentar a existência e a dinamicidade de um mercado interno, embora a empresa canavieira possuísse dimensões relativamente grandes e pudesse com isso atuar como polo dinâmico sobre outras regiões. “A própria produção de alimentos para os escravos nas terras do engenho, tornava-se antieconômicas nessas épocas”, por ser uma época de alta nos preços do açúcar no mercado internacional.³⁸

³⁵FURTADO, pp. 44-45.

³⁶FURTADO, p. 46.

³⁷FURTADO, p. 46.

³⁸FURTADO, p. 54.

O caráter especializado da indústria açucareira poderia impelir a formação de um mercado de abastecimento. Entretanto, segundo Furtado, isso não aconteceu. Em primeiro lugar por causa dos

...interesses criados dos exportadores portugueses e holandeses, os quais gozavam de fretes excepcionalmente baixos que podiam propiciar os barcos que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar estava a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana.³⁹

Segundo Furtado, os setores envolvidos com as atividades de subsistência, como é o caso da pecuária, estavam ligados intrinsecamente à agro-exportação.

Do lado da oferta não existiriam, portanto, fatores limitativos à expansão da economia criatória. Esses fatores atuavam do lado da procura. Sendo a criação nordestina uma atividade dependente da economia açucareira, em princípio era a expansão desta que comandava o desenvolvimento daquela.⁴⁰

Dessa maneira, os índices de mercantilização dos setores ligados ao abastecimento interno eram ditados em última instância pela dinâmica da agro-exportação. Furtado observa que,

Contudo, como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão, se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência.⁴¹

Sobre a produção de alimentos continua o autor afirmando que,

³⁹FURTADO, p. 55.

⁴⁰FURTADO, p. 59.

⁴¹FURTADO, p. 63.

*A redução da renda real resultante da baixa dos preços de exportação, numa região agrícola onde a terra é escassa, afeta necessariamente a oferta de alimentos, seja porque se desviam terras que antes produziam alimentos, para produzir artigos exportáveis (...) seja porque a importação de alimentos deverá reduzir-se.*⁴²

Insistindo na inviabilidade do mercado interno, Furtado afirma que, embora tivesse se desenvolvido na região das minas as circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno, tal não se deu por que

*...o desenvolvimento endógeno - isto é, com base no seu próprio mercado - da região mineira foi praticamente nulo (...) A causa principal possivelmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável.*⁴³

Segundo Furtado, nem mesmo o desenvolvimento das atividades coloniais voltadas para o mercado interno ou o crescimento demográfico a elas ligadas, impediriam o declínio generalizado das atividades econômicas coloniais devido à decadência do produto de exportação principal.

*Não se havendo criado nas regiões mineiras, observa Furtado, formas permanentes de atividades econômicas - à exceção de alguma agricultura de subsistência - era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência.*⁴⁴

A decadência da atividade mineradora na região das minas propiciou o desenvolvimento de outras atividades econômicas por parte da população que

⁴²FURTADO, p. 64.

⁴³FURTADO, p. 79.

lá permaneceu. Foram favorecidas principalmente atividades ligadas ao abastecimento. Em estudo sobre tráfico escravo e atividade não-exportadora em Minas Gerais do século XIX, Martins traça um quadro bastante diferente da decadência descrita por Furtado. Para o autor, a grande população escrava em Minas Gerais⁴⁵

*...não era uma herança do período minerador (...) O grosso da economia de Minas no século dezenove, onde a vasta maioria dos escravos estava empregada, não se compunha de plantation nem era orientada para exportações. Isolamento de mercados externos à província, diversificação e auto-suficiência eram suas características principais. (...) o cerne da economia provincial consistia de unidades agrícolas diversificadas internamente - produzindo para o seu próprio consumo e vendendo os excedentes eventuais em mercados locais e regionais.*⁴⁶

À semelhança de Prado Jr. e Furtado, Jacob Gorender também afirma o caráter subordinado da economia colonial aos mercados internacionais. O autor destaca a impossibilidade de flutuações econômicas próprias no contexto colonial, considerando o raquítico mercado interno. “O escravismo colonial só possibilita um mercado interno estreito, quase inelástico, inadequado aos fins da produção mercantil, que tende a especialização”.⁴⁷

Entretanto, Gorender reconhece a possibilidade de acumulação endógena à colônia:

⁴⁴FURTADO, p. 84.

⁴⁵ “...Minas só foi superada por Cuba, como lugar de destino dos africanos que cruzaram o oceano no século XIX”. MARTINS, R. B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. Estudos Econômicos. vol. 13, nº 1, 1983, p. 208.

⁴⁶MARTINS, 1983. p. 209.

⁴⁷GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 169.

Inúmeros senhores de engenho terminaram na falência, porém isto não indica que o escravismo colonial, no plano macroeconômico, sofresse de incapacidade estrutural para a acumulação interna. Nas fases de conjuntura favorável, o modo de produção escravista colonial teve condições de reprodução ampliada com recursos de origem endógena e, às vezes, em ritmo de notável aceleração.⁴⁸

Gorender encontra-se entre os autores que justificam a autosuficiência das fazendas agro-exportadoras pela inexistência de um mercado de abastecimento interno como também pela inviabilidade econômica de se importar alimentos. Segundo esse autor a

...economia natural funcionava como retaguarda, como dependência de suporte da produção comercializável no mercado mundial. A economia natural constituía necessidade estrutural atualizável a qualquer momento. Dessa maneira, a economia natural integrava organicamente a unidade produtora escravista na sua normalidade típica.⁴⁹

Para Gorender, a alteração da produção de mantimentos só sofria mudanças no âmbito das transformações do mercado exportador, isto é, com a alta de preços ou, o que o autor chama de *conjunturas de alta*, ditadas pelo mercado mundial. Áreas antes ocupadas com os mantimentos eram realocadas para a produção do produto rei, o que gerava, como conseqüência, a carestia de alimentos no mercado consumidor.⁵⁰ Tal mercado de alimentos é, para Gorender, subsidiário das conjunturas externas e portanto destituído de

⁴⁸GORENDER, p. 544.

⁴⁹GORENDER, p. 242.

⁵⁰GORENDER, p. 250.

variações próprias.⁵¹ Situação inversa se dava nas *conjunturas de baixa*, quando a queda dos preços dos produtos para exportação implicava o remanejamento da mão-de-obra escrava da *plantation* na produção de mantimentos regularizando sua oferta.⁵²

Gorender diz que apenas mais tarde é que, provavelmente, "...o estímulo da alta dos preços incentivaria também o aumento da produção dos gêneros de consumo interno, reequilibrando a oferta com a procura".⁵³ Mas o autor não diz quando nem onde isso aconteceu. Inclusive, Gorender, ao analisar a bissegmentação produtiva, da cana colonial ao café dos tempos imperiais, em nenhum momento deixa posta a possibilidade de equilíbrio entre oferta e procura de alimentos.⁵⁴

Apesar de assumirem posturas diferentes em diversos aspectos de suas análises, é possível observar aproximações, posições semelhantes, nos pensamentos de Caio Prado Jr, Celso Furtado e Jacob Gorender. Tanto Prado Jr. como Furtado consideram que a atividade econômica colonial não tem uma estrutura de funcionamento gerada por si mesma e que atenda interesses que lhe são próprios mas, apenas, existe para atender um fim que é determinado por agentes e conjunturas ditados externamente. O que teve como consequência o fato de que o excedente produzido na colônia era, em sua maior parte, enviado àqueles agentes. Embora também considere o caráter extrovertido da colônia, Gorender considera a possibilidade de acumulações

⁵¹GORENDER, p. 251.

⁵²GORENDER, p. 255.

⁵³GORENDER, pp. 251-252.

⁵⁴cf. GORENDER, cap. XII. lei da correlação entre economia mercantil e a economia natural na plantagem escravista.

internas à colônia em momentos econômicos positivos do mercado internacional.

1.2. Mercado interno e agricultura de abastecimento: novas abordagens

As vinculações entre o setor agro-exportador e as atividades voltadas para o mercado interno têm sido revistas em pesquisas realizadas nos últimos anos. Inscreve-se nesses novos estudos o trabalho - inicialmente realizado com caráter de tese de doutoramento defendido em 1973 - *O Brasil no Comércio Colonial* de José Jobson de A. Arruda.

Nesse estudo, redesenhando o comércio colonial não apenas em seus vínculos com o mercado mundial mas também no que toca ao seu direcionamento interno, Arruda demonstra a capacidade e as possibilidades de manobra existentes para a reprodução econômica no mercado interno. Expondo de maneira concisa a articulação e a dinâmica existentes internamente no território luso-brasileiro e relativizando a idéia das atividades internas à colônia como mero apêndice do setor exportador,⁵⁵ diz o autor que

...a região das Minas e do Sertão trocam ouro por gado. O Sertão remete gado-ouro para a Marinha e recebe manufaturados-escravos. As Minas enviam ouro-diamantes para a Marinha e recebem manufaturados-escravos. Ao nível da Marinha, via navegações de cabotagem, transitam gêneros agrícolas de subsistência, principalmente o charque.⁵⁶

⁵⁵ARRUDA, J. J. de A. *O Brasil no comércio colonial*. esp. cap. III item II. São Paulo: Ática, 1980.

⁵⁶ARRUDA, p. 122.

O esquema exposto pelo autor deixa entrever que o mercado interno tinha sua própria estrutura de funcionamento. Essa estrutura significou o desenvolvimento dos meios de distribuição da produção, das comunicações e dos transportes; mas, por outro lado, não eliminou as relações desse mercado com o comércio internacional e os interesses que esse comércio possuía.

Ciro Flamorion Cardoso inscreve-se entre os autores que igualmente ressaltam a dinamicidade do mercado interno na sociedade colonial, mas com a consideração de que tais mercados não estavam fora da conjuntura externa. Cardoso insiste que entender o “sentido” da colonização é entender os mecanismos de funcionamento internos à colônia, assim como, os vínculos que a ligariam ao mercado externo e completariam o seu entendimento.⁵⁷

Se apenas recentemente o mercado interno ganhou destaque nos estudos da historiografia brasileira, um dos primeiros trabalhos a dedicar atenção especial à agricultura de alimentos e a importância que teve na colônia foi o texto de Linhares e Teixeira, *História da Agricultura Brasileira: Debates e Controvérsias*.⁵⁸

Segundo Linhares e Teixeira, se a agricultura de abastecimento desenvolvida quer nas unidades exportadoras, para autoconsumo, quer nas pequenas e médias propriedades com capacidade de gerar excedente para venda nos centros urbanos, teve considerável importância interna, essa importância só foi reconhecida pelo poder colonial nos momentos de crise.⁵⁹

⁵⁷CARDOSO, C. F. *As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a extração de excedentes*. LAPA, J. do A. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 110.

⁵⁸cf. LINHARES & TEIXEIRA.

⁵⁹LINHARES & TEIXEIRA, p. 117.

Segundo esses autores, o descaso do poder colonial pela atividade de abastecimento gerou o desinteresse dos pesquisadores em estudar as estruturas de funcionamento dessa atividade colonial.⁶⁰

Linhares e Teixeira sublinham que o estudo da agricultura de subsistência numa história da agricultura brasileira subordina-se a duas ordens de fatores que constituiriam o cerne desses estudos: Primeiro,

a situação colonial/mercantil dentro da qual ocupa posição secundária.

Segundo,

Aqueles que lhe são peculiares, como pequena produção realizada por lavradores, com ou sem terra, apoiados no trabalho familiar, embora relacionando-os com a agricultura exportadora, com a evolução urbana e as condições internas da colônia (situação colonial).⁶¹

Linhares e Teixeira observam que à Coroa portuguesa coube sempre o papel de zelar pela produção de alimentos na colônia. Tal situação se evidencia pela extensa legislação concernente a esse respeito. A ordem pública, certamente, era um bom fator a estimular o interesse real pela produção de gêneros de primeira necessidade. Embora, esse interesse, nem sempre tenha encontrado ressonância entre os grandes proprietários e comerciantes coloniais.⁶²

Nesse estudo, Linhares e Teixeira apontam a importância que teve internamente o setor de subsistência e a preocupação do poder público com

⁶⁰LINHARES & TEIXEIRA, pp. 117-118.

⁶¹LINHARES & TEIXEIRA, p. 118.

⁶²LINHARES & TEIXEIRA, p. 120-121.

tal questão. Em relação ao comércio entre as regiões agrestinas e sertanejas e o litoral “...são inúmeras as proibições de se comercializar produtos nos caminhos entre o sertão e o litoral, procurando garantir que estes chegassem aos centros urbanos em quantidades suficientes para o seu abastecimento”.⁶³

A Coroa portuguesa se fazia representar no âmbito local por meio das câmaras que, por sua vez, deveriam assegurar o fornecimento de alimentos. Se ao poder público local era embutido o dever de assegurar a continuidade do abastecimento, a existência de interesses econômicos e políticos locais, já constituídos na colônia, redirecionava o que deveria ter maior prioridade. O exemplo a seguir mostra a disputa na colônia em torno de interesses muitas vezes divergentes.

*Também na Bahia, em 1666, o juiz do povo dirigiu-se à Coroa pedindo que se proibisse a construção de novos engenhos junto ao litoral e que só viessem a ser construídos no interior, em parte para permitir a preservação das matas. O protesto que se levantou contra tal proposta foi clamoroso: ‘...quem disse Brasil disse açúcar e mais açúcar, o qual se não pode fazer muito, em poucos engenhos, nem se pode limitar paragens nem números’.*⁶⁴

Contra essas posições locais, inúmeros foram os alvarás e leis decretados em favor da agricultura de abastecimento. Provisão de 24 de abril de 1642 facultava a plantação de anil e gengibre em terras impróprias para a cana, entretanto, a mesma área de terreno deveria ser utilizada para a plantação de mandioca. A Carta-Régia de 11 de janeiro de 1701 determinava

⁶³LINHARES & TEIXEIRA, p. 135. Linhares faz notar que: “A agricultura de subsistência, apesar de tantos óbices estruturais, demonstrou ser razoavelmente elástica, dando a partir do início e sobretudo do século XVIII em diante, uma resposta às necessidades dos núcleos urbanos em expansão”. LINHARES, M. Y. Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma

que se desse o sábado livre aos escravos para cultivarem alimentos. Pelo Decreto do Governador da Bahia de 10 de novembro de 1690, os moradores deveriam plantar em dez léguas ao redor da cidade, 500 covas de mandioca para evitar a fome. O Alvará de 25 de fevereiro de 1688 compelia os moradores do Recôncavo baiano a plantarem 500 covas por ano ao redor da cidade por cada escravo que estes possuíssem. O Alvará de 27 de fevereiro de 1701 impunha o cercamento dos pastos de gado de criar para que não viessem a destruir as roças e lavouras vizinhas.⁶⁵

É claro que tais regulamentações encontraram todo tipo de obstáculo à sua efetiva realização, o que não impedia que a agricultura de alimentos se reproduzisse. Essa reprodução acontecia de variadas formas. Linhares e Teixeira se referem à produção de alimentos pelos escravos dentro da *plantation* (protocampesinato) como uma delas. Embora a venda de alimentos pelos escravos nem sempre tenha sido possível, ela eventualmente acontecia. Uma revolta escrava no sul da Bahia nos primórdios do século XIX elucidava a que termos podia chegar os embates entre senhores e escravos em torno da plantação e vendas de alimentos. Os escravos exigiam de

...Manuel da Silva Ferreira, do Engenho Santana de Ilhéus (...) para a volta ao trabalho (que incluísse o direito), de enviar seus produtos para a Bahia sem pagar frete e o de plantar arroz onde quisessem, 'sem que para isso peçamos licença'.⁶⁶

discussão. *Estudos Econômicos*, Vol. 13, nº Especial, 1983, p. 753.

⁶⁴LINHARES & TEIXEIRA, pp. 122-123

⁶⁵LINHARES & TEIXEIRA, pp. 120-124.

⁶⁶SCHWARTZ, S. B. Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slave's views of slavery. *Hispanic American Historical Review*. vol. 57, nº1, 1977, pp. 69-81. *apud* LINHARES & TEIXEIRA, p. 131, nota 24.

Havia ainda aqueles produtores livres margeando as grandes empresas agro-exportadoras mas nem por isso a elas atrelados. É o caso dos pequenos produtores de alimentos do agreste e do sertão nordestinos.

*Possuidores de um cálculo econômico próprio, não se achavam subordinados às necessidades da agromanufatura açucareira. Neste caso, a produção de alimentos é a atividade principal, ao lado do plantio de algodão e/ou da criação de alguns animais de pequeno porte (cabras, porcos, etc.).*⁶⁷

Linhares e Teixeira concluem dizendo que o

*...desenvolvimento do comércio interno do Brasil dependerá primariamente dos homens e dos produtos desse sertão da pecuária e da agricultura de subsistência. Da sua associação e das exigências dos centros urbanos será orientada a atividade do abastecimento como motor de desenvolvimento do comércio interno e de integração regional.*⁶⁸

Mais recentemente, enfatizando a importância do mercado interno e suas formas de reprodução, foi publicado o trabalho de João Luís Fragoso, *Homens de Grossa Aventura*, que versa sobre as formas de acumulação endógena na economia colonial escravista na virada do século XVIII para o XIX no Rio de Janeiro, mais precisamente entre os anos de 1790 e 1830.

Fragoso reexamina alguns dos pressupostos colocados por autores clássicos da historiografia brasileira. Especialmente a idéia de que a economia colonial fosse determinada por conjunturas econômicas externas e a impossibilidade de acumulação endógena a partir do mercado interno. Fragoso afirma que,

⁶⁷LINHARES & TEIXEIRA, pp. 134-135.

⁶⁸LINHARES & TEIXEIRA, p. 150.

A existência de um mercado interno doméstico e de segmentos produtivos para ele voltados introduz um novo elemento na lógica de funcionamento da formação colonial - referimo-nos à possibilidade de acumulações endógenas.⁶⁹

Fragoso salienta dois pontos em relação aos setores ligados ao abastecimento interno. Primeiro,

A natureza não-escravista e não-mercantil destes setores os permitia (sic) resistir a fases negativas do mercado (queda de preços). Já que a sua reprodução não dependia inteiramente da mercantilização de sua produção.

Segundo,

Por outro lado, esta mesma natureza não-mercantil dos setores ligados a atividades não-exportadoras os impedia, por si próprios, de criar uma circulação de mercadorias e de moedas.⁷⁰

A existência de um mercado interno e acumulação de caráter endógeno geram, por sua vez, a retenção na colônia do sobretabalho das atividades econômicas desenvolvidas, isto é, a possibilidade real de capitalização no mercado colonial. Fragoso observa que,

...o processo de reprodução desses segmentos se dá em meio ao mercado interno, constituindo-se, assim, em movimentos de acumulação introvertidas na economia colonial. Disso infere-se uma maior possibilidade de

⁶⁹FRAGOSO, p. 131.

⁷⁰FRAGOSO, p. 56.

*retenção do sobretrabalho na própria economia colonial e, portanto, de autonomia dessa última, diante das flutuações externas.*⁷¹

Fragoso acredita que a possibilidade de acumulação endógena resultava, em princípio, da “...interação mercantil dos processos de reprodução do escravismo colonial com os setores produtivos ligados ao mercado doméstico”.⁷² Parte dos mecanismos de reprodução das unidades agro-exportadoras se dá no mercado interno, realiza-se nele quando integra seus circuitos de acumulação e, adquire nesse mercado mulas, alimentos, porcos etc.⁷³

Fragoso afirma que a interação entre o setor exportador e o mercado interno não tem como centro dinâmico a unidade agro-exportadora. Segundo o autor, o conceito de acumulação introversa não tem como eixo a *plantation* mas o mercado interno.

*Para nós, em última instância, aquele movimento se identifica com a reprodução das diversas formas de produção não-capitalistas, ligadas ao mercado interno (...) a noção de reprodução por nós utilizada não coincide necessariamente com a de acumulação autoconcentrada. A execução desse último movimento é dificultada, entre outras coisas, pelo fato de a agro-exportação aparecer como um dos principais elementos da demanda das produções coloniais de abastecimento. Esse fenômeno, portanto, limita as possibilidades de a reprodução endógena se converter plenamente numa acumulação autoconcentrada.*⁷⁴

⁷¹FRAGOSO, p. 131.

⁷²FRAGOSO, p. 132.

⁷³FRAGOSO, p. 132.

⁷⁴FRAGOSO, p. 133.

Para fundamentar sua idéia Fragoso compara o ritmo comercial do mercado interno e externo. Segundo esse autor as receitas do charque, da farinha, da mandioca e do trigo comparada à receita do açúcar - branco e mascavo - varia de 6,9 a 78,5% do valor total do açúcar.⁷⁵ O caso do trigo nos primeiros lustros do dezenove é revelador da capacidade de gerar rendas no mercado interno. Fragoso observa que em "...1808 e entre 1811 e 1814, as receitas daquele cereal são superiores às do açúcar".⁷⁶

A observação do crescimento das taxas anuais dos produtos do mercado interno e exportador evidencia a dinâmica extremamente positiva do mercado interno. Entre 1799 e 1807 o açúcar teve suas receitas diminuídas em 9,2%. O mesmo não ocorreu com a receita da farinha, do charque e do trigo, que crescem no período a uma taxa de 3,9%, 6,1% e 8,2%, respectivamente.⁷⁷ "As acumulações internas se ampliam, apesar da queda do ritmo de reprodução (medido em valor gerado) da produção alocada no mercado internacional".⁷⁸

Segundo Fragoso, se considerarmos os caso do Rio de Janeiro, Região Sul, Minas Gerais e São Paulo⁷⁹

...veremos que, ao redor da praça do Rio de Janeiro havia um mosaico de núcleos de produção para o seu abastecimento, núcleos esses que combinavam a força de trabalho escrava com diversos outros regimes de produção. Desse modo, se assumirmos que o Rio de Janeiro conformava uma área de ponta, voltada para o mercado externo, seu abastecimento implicava a

⁷⁵FRAGOSO, p. 134.

⁷⁶FRAGOSO, p. 134.

⁷⁷FRAGOSO, p. 136.

⁷⁸FRAGOSO, p. 136.

⁷⁹FRAGOSO, esp. cap. II. Economia colonial: para além de uma plantation escravista exportadora - o caso da região sudeste-sul.

*criação de uma ampla rede intracolônia, com o que vem abaixo a idéia de autarquia da plantation.*⁸⁰

Linhares e Teixeira observam que o interesse dos estudiosos pelas atividades de subsistência deve ser acompanhado por procedimentos metodológicos diferenciados considerando o caráter peculiar da estrutura dessas atividades. Linhares observa, em outro trabalho,⁸¹ que o historiador da agricultura deverá ter o cuidado de estudá-la de acordo com os diferentes tipos de atividades agrícolas bem como com “...enfoques teóricos compatíveis com a realidade”.⁸²

Segundo a Linhares, a tradicional tendência da historiografia em focalizar o mercado exportador coloca a preocupação aos pesquisadores da agricultura de subsistência de não se deixarem influenciar por conceitos desenvolvidos para o entendimento da agro-exportação. O peso econômico e geo-físico dessas atividades são diferenciados o que requer a busca de fontes e enfoques novos.⁸³

Alguns estudos têm destacado a importância do mercado interno em diferentes regiões e contextos da economia colonial/imperial. Não deixam de apontar, também, o diálogo existente entre o setor exportador e aquele voltado para o mercado interno.

Num artigo sobre *Exportação, mercado interno e crises de subsistência no Maranhão, século XIX*, Assunção analisa o setor algodoeiro e sua inserção

⁸⁰FRAGOSO, pp. 119-120.

⁸¹cf. LINHARES.

⁸²LINHARES, p. 760.

⁸³LINHARES, p. 749.

na economia atlântica. Num segundo momento, o autor passa a analisar os diferentes tipos de crises - subsistência, abastecimento e de meio circulante - que assolavam a população maranhense e, de que maneira essas crises teriam contribuído para a formação de movimentos sociais como é o caso da Balaiada.⁸⁴

Segundo Assunção, nos primeiros lustros do dezenove, havia no Maranhão fazendeiros que produziam arroz e algodão para o mercado externo enquanto as fazendas de gado, de mandioca e as unidades de produção camponesas produziam para o mercado interno e sua auto-subsistência.⁸⁵

O autor mostra o dinamismo do mercado interno na região e ressalta a intersecção entre os setores produtivos daquela província.

A falta de farinha atingiu também a produção urbana de São Luís, porque os fazendeiros não deixaram de comprar em lugares assaz distantes esses gêneros para o seu sustento, o que fez subir os preços desses gêneros em São Luís. (...) somente preços altos no mercado mundial podiam induzir os fazendeiros a gastar dinheiro e mandar vir farinha de longe. A crise de abastecimento de 1816-19 na praça de São Luís, portanto, também resultava das compras dos fazendeiros do Itapecum, que passaram a competir com os habitantes da capital.⁸⁶

No sudeste, a dinamização do comércio pecuarista, na virada do século XVIII para o XIX, possibilitou o desenvolvimento de outras atividades ligadas ao abastecimento nas regiões onde o comércio com o gado se fazia presente,

⁸⁴cf. ASSUNÇÃO,

⁸⁵ASSUNÇÃO, p. 33.

⁸⁶ASSUNÇÃO, p. 47.

assim como, naqueles lugares que serviam de pouso e passagem para as tropas em viagem.

Ao analisar Sorocaba, na virada do século XVIII e XIX, Bacellar mostra que se desenvolvem na localidade atividades de abastecimento, produzindo milho, feijão e arroz, para atender às necessidades das pessoas envolvidas com os negócios das tropas.

...também deve ser considerada a importância da vila como abastecedora de gêneros alimentícios, setor tradicionalmente esquecido por nossa historiografia, mas que certamente se beneficiou do aumento do consumo provocado pelo surto açucareiro paulista.⁸⁷

As unidades envolvidas com a produção de alimentos, segundo o autor, eram predominantemente baseadas no trabalho familiar. Entretanto, a dinâmica comercial experimentada pela localidade nesse momento provocou o aumento da população escrava na Vila. Bacellar observa que

...o crescimento (número de escravos), situado na virada do século (XVIII / XIX) (...) em Sorocaba deve-se em parte aos próprios engenhos sorocabanos, mas também pode ser relacionado ao enriquecimento global da economia das tropas....⁸⁸

Examinando inventários e testamentos da localidade de Taubaté no período que entremeia 1680 e 1729, Alves observa que nos lustros iniciais de 1700 o desenvolvimento de unidades produtivas de gêneros voltadas para o mercado local não era um empreendimento desprezível.

⁸⁷ BACELLAR, p. 27.

⁸⁸ BACELLAR, p. 25. O objetivo central do autor é buscar os traços da economia sorocabana que não estivesse direta e profundamente envolvida com a economia exportadora, isto é, compreender a economia de abastecimento interno, traço, segundo o autor, também

Segundo o autor, a área especializada para exportação de cana era caracterizada pela *plantation*, enquanto as unidades subsidiárias a essa, parecem ser representadas por proprietários de planteis de tamanho grande. Alves constatou que, ao longo do período estudado cada vez mais os detentores de 10 a 19 cativos deixam de produzir cana e passam a produzir outros gêneros alimentícios voltados para o abastecimento local. Alves observou ainda que, “também os proprietários de planteis com menos de 10 escravos tendem a se concentrar na produção de gêneros para subsistência ou para o mercado de curta distância”.⁸⁹

Segundo Alves, o que parece é que as perspectivas de bons negócios com a venda de alimentos em Taubaté, tendo em vista a especialização crescente das *plantation* de açúcar, tornou-se um fator de atração populacional, posto que, depois de um período de refluxo populacional (entre 1690 e 1710), causado pela descoberta do ouro nas gerais, a densidade demográfica na vila volta a aumentar. O autor esclarece que,

*a retomada do crescimento demográfico associa-se diretamente à montagem desse sistema (açucareiro) (...) uma vez que tal especialização pressupõe a formação de uma atividade destinada a abastecer estas unidades especializadas em cana.*⁹⁰

Segundo Alves, à medida que as unidades produtivas de cana especializavam-se em sua produção, a partir das primeiras décadas do século XVIII, dedicava-se cada vez menos espaço à produção de gêneros

característico dessa localidade.

⁸⁹ ALVES, M. M. *Caminhos da pobreza. A manutenção da diferença em Taubaté, 1680-1729*. Prefeitura Municipal de Taubaté: Taubateana, nº19, 1999, p. 53.

alimentícios, o que aumentou as perspectivas comerciais das unidades produtoras de alimentos não envolvidas com a produção de exportação.⁹¹

Os estudos sobre a agricultura de alimentos no Brasil colonial e imperial apontam que essa atividade teve importância significativa para os seus contemporâneos, e pelo que me parece também entre os pesquisadores atuais já existe uma predisposição em admitir a importância dessa atividade no contexto da economia colonial/imperial.

⁹⁰ ALVES, p. 22.

⁹¹ ALVES, p. 52. Dizia Marcelino Pereira Cleto, em 1782, que nas “terras do sertão, ou serra acima produz bem o milho, feijão e sofrivelmente a cana-de-açúcar, mandioca, anil, trigo sendo que estes últimos gêneros pouco se cuida, e os paulistas se aplicam mais à criação de animais, e com efeito delas sai muito gado e toucinho”. CLETO, M. P. Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelê-la. *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*. Governo do Estado de São Paulo, 1977, p, 19. Silva Bruno também chama a atenção para a produção de cana, no Vale do Paraíba, apenas no final do século XVIII. BRUNO, E. S. *Viagem ao país dos paulistas*. Rio de Janeiro: 1966, pp. 116-117.

2. Taubaté: das bandeiras ao café. A agricultura de alimentos e sua dinâmica

O propósito desse capítulo é examinar o papel significativo da agricultura de alimentos no conjunto de transformações econômicas e sociais em Taubaté no final do século XVIII e início do XIX.

O capítulo está dividido em quatro seções. A primeira trata da razão do surgimento da Vila e a importância desta no contexto das bandeiras. A segunda examina as transformações comerciais e econômicas ocorridas entre o último quartel do século XVIII e os primeiros lustros do século XIX no Vale do Paraíba paulista e, Taubaté em especial, chamando a atenção para o fato de que o desenvolvimento comercial na região tem seus principais contornos nas atividades voltadas para o mercado local/regional. As demais seções foram dedicadas à análise das atividades comerciais de Taubaté, entre os anos de 1798 e 1817, focalizando, especialmente, a agricultura de alimentos e, de que maneira, as transformações ocorridas, com a dinamização do mercado interno, interferiam no cenário da produção local.

2.1. As bandeiras e a razão de ser de Taubaté.

A fundação e povoamento de Taubaté se inscrevem na formação e colonização do interior do Brasil pelos portugueses.⁹² O interesse em promover a ocupação do território estimulava a doação de terras por parte da coroa. Por

⁹²O Vale do Paraíba se encontra entre as primeiras regiões a serem desbravadas no interior do Brasil pelas bandeiras. “A (Bandeira) de João Pereira de Souza Botafogo, em 1596, pelo sertão do Vale do Paraíba - de que se desgarrou a chefiada por Domingos Rodrigues, atingindo a bacia do São Francisco”. BRUNO, p. 37.

outro lado, a necessidade de se encontrar jazidas de ouro no interior era um forte fator a contribuir para a colonização, o que ocorria paralelo à captura e exploração da mão-de-obra indígena.⁹³

Deve-se dizer que a colonização do Vale do Paraíba, e de Taubaté por corolário, responde pela posição geográfica privilegiada e por uma contingência geográfica da vila de Piratininga. “A situação geográfica de Piratininga (...) impelia-a para o sertão, para os dois rios de cuja bacia se avizinha, o Tietê e o Paraíba do Sul”, este localizado na região do Vale do Paraíba paulista.⁹⁴

Não é por outra razão a importância que, em pouco tempo, vai desfrutar a localidade de Taubaté. A saliência dessa localidade como centro político importante já se fazia notar pela Carta Régia de 29 de outubro de 1700 quando a Comarca Geral de São Paulo foi dividida em duas, sendo São Paulo cabeça de Comarca das Vilas de Santos, São Vicente, Itanhaém, Cananéia, Iguape, Paranaguá, São Francisco e a Vila de Castro. “A segunda Comarca, chamada do Norte ou de Taubaté encabeçava as Vilas de Guaratinguetá, Jacareí, Itú e Sorocaba”.⁹⁵

⁹³MÚLLER, N. L. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba*. Rio de Janeiro, IBGE, 1969. Sobre o importante papel que desempenhou na colonização do interior do Brasil as bandeiras de minério, ver: ESCHWEGE, W. Von. *Pluto Brasiliens*. 1º vol. São Paulo Nacional, 1944.

⁹⁴BRUNO, p. 38. “A posição geográfica privilegiada do Vale do Paraíba, possibilitando comunicações com todo o litoral Norte, justifica, a escolha dessa região, para as primeiras concessões de terras no interior do Brasil”. ANDRADE, A. C. de A. *Povoamento do Vale do Paraíba. História de Taubaté Através de textos*. Prefeitura Municipal de Taubaté: Taubateana nº 17, 1996, p. 47.

⁹⁵ORTIZ, J. B. *São Francisco das Chagas de Taubaté*. Livro 2 - Taubaté Colonial. Prefeitura Municipal de Taubaté: Taubateana nº 10, 1988, p. 361. A fundação de uma Casa de Fundação em Taubaté, 1690, confirma o Local como estrategicamente importante no mapa da expansão aurífera do Brasil. cf. ESCHWEGE, p. 32.

Taubaté constituiu ponto de passagem importante de caminhos diversos, vindos de São Paulo ou de Parati em direção às Minas Gerais, até a construção do “Caminho Novo de Garcia Paes”⁹⁶ que faria com menores esforços a ligação do Rio de Janeiro diretamente às cobiçadas minas. Segundo Taunay, “São Francisco das Chagas de Taubaté tornar-se-á núcleo bandeirante da maior importância. Sua atuação veio a ser sobremaneira notável com a abertura do ciclo do ouro. Seriam os taubateanos os pioneiros de tal fase”.⁹⁷

Taubaté transformou-se em um dos núcleos irradiadores das bandeiras. Situação que era resultado de sua posição geográfica privilegiada, uma vez que ficava a meio caminho, tanto do litoral de Ubatuba quanto do Sul de Minas Gerais. Sua população, que inicialmente se destacou nas bandeiras de preamento indígena e de minério, passou por seu turno a responder por um intenso comércio de beira de estrada ancorado na produção de alimentos e serviços civis prestados às tropas e viajantes de passagem.⁹⁸

Segundo Ortiz, a história de Taubaté desde os tempos coloniais até o império se dividiria em três fases.

A primeira fase corresponde ao primeiro meio século da fundação da Vila, isto é, de 1640 a 1690, fase marcada pela expansão do Vale do Paraíba e a

⁹⁶MAGALHÃES, B. de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. esp. Apêndice nº 3, Garcia Rodrigues Pais e o ‘Caminho Novo’. Rio de Janeiro: Brasiliana, vol. 45. Nacional, 1978.

⁹⁷TAUNAY, A. de E. *História das bandeiras paulistas*. 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, Brasília, INL, 1975, p. 189.

⁹⁸HERRMANN, L. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas - USP, 1986, p. 15 (ed. fac-similada).

*implantação de fazendas onde se criava gado bovino, eqüino, muar, caprinos, ovinos, suínos e aves, e onde se cultivava principalmente o milho, o feijão, a mandioca, a cana, o algodão, a batata-doce, o tabaco, a abóbora, a vinha, o trigo e árvores frutíferas.*⁹⁹

A segunda fase corresponde ao período que vai de 1690 a 1715 e marca a conjugação das atividades agro-pastoris, com ênfase na produção de mantimentos, com os trabalhos de mineração nas Minas Gerais. Taubaté tornou-se “um dos centros de abastecimento daqueles sertões, bem como das bandeiras em trânsito”. A última fase inicia-se por volta de 1715 e vai até os primórdios do Império e marca-se pela “atividade agro-pastoril com preponderância da cultura de cana de açúcar, o aumento dos engenhos e a produção das águas ardentes”.¹⁰⁰

Ressalva o autor que, embora este último período tenha sido marcado pela produção de cana, não o foi como em outros centros produtores de maior envergadura, devendo mesmo considerar que não é correto falar em um ciclo da cana de açúcar em Taubaté. Isso por que a cana não chegou a ocupar de maneira generalizada a produção do município:

*a criação e as atividades agro-pastoris extensivas de subsistência, já citadas na primeira fase, continuaram a desempenhar um grande papel porque o termo, afastado de outros grandes centros produtores, devia ser o mais auto-suficiente possível.*¹⁰¹

Assim como Taubaté, o próprio Vale do Paraíba caracterizou-se historicamente por um povoamento antigo e contava com uma forte

⁹⁹ORTIZ, p. 407.

¹⁰⁰ORTIZ, pp. 407-409.

¹⁰¹ORTIZ, p. 409.

concentração de população. Sua posição geográfica privilegiada ligando pontos importantes da colônia logo o inscreveram como uma das principais rotas comerciais terrestres da colônia, pondo em contato as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.¹⁰²

2.2. Aumento populacional e o incremento das atividades comerciais: entre o século XVIII e o XIX.

A virada do século XVIII para o XIX foi de grandes transformações na colônia portuguesa. Essas transformações estão principalmente ligadas a mudança da capital colonial para o Rio de Janeiro - 1763 - e a instalação da corte portuguesa nessa cidade em 1808.

Esses acontecimentos criaram necessidades e demandas que estimularam as atividades internas coloniais ligadas ao abastecimento. No caso especial do Vale do Paraíba paulista e, Taubaté em particular, o que se observa é o incremento demográfico do Município acompanhado pela dinamização crescente das atividades comerciais locais.

Pode-se ter uma dimensão das transformações em curso ao se observar na Tabela 1 que, entre 1765 e 1854, em quase cem anos, o aumento populacional no Vale do Paraíba paulista foi de quase 700%.

¹⁰²SCOTT, A. S. V. "Migração e família no Vale do Paraíba - século XVIII e XIX". in: *Anais*. XII Simpósio de história do Vale do Paraíba - Migrações no Vale do Paraíba. São José dos Campos. 13-16, jul., 1994. São José dos Campos: UNIVAP, 1996, p. 35. Diz Müller que: "A situação geográfica da região, dando-lhe contiguidade em relação às áreas de mineração, de que é separada pela serra da Mantiqueira, que não constitui barreira intransponível, fez com que o vale do Paraíba se transformasse na principal área paulista de abastecimento das Minas Gerais, por ela passando ou dela saindo os mais variados produtos: muares, vindos das feiras

Tabela 1. Evolução da população no município de Taubaté e Vale do Paraíba paulista. 1765-1854

Localidade	1765	1798	1822	1836	1854
Vale do Paraíba Paulista	13.323	31.234	55.880	71.697	92.290
Taubaté	3.521	6.863	7.250	11.833	17.700

FONTE: RANGEL, *op. cit.*, tab. 2.1, p. 50; tab. 2.8, p. 61a; tab. 3.1, p. 106; tab. E3.26, p. 164; tab. E3.1, p. 363; EISENBERG, *Homens Esquecidos*. Campinas. Unicamp, 1998, p. 226; SOTO, *op.cit.*, p, 15.

O aumento da população no Vale do Paraíba paulista e em Taubaté reflete o dinamismo crescente das atividades econômicas desenvolvidas na região. Entre os noventa anos que medeiam o ano de 1765 e 1854 a população do Vale cresceu quase sete vezes enquanto a população de Taubaté aumentou cinco vezes.

Entre 1798 e 1836, período por nós focalizado nessa pesquisa, a população total do Vale paulista mais que dobrou, de 31.234 pessoas para 71.697 pessoas. Em Taubaté, no mesmo interregno, o aumento populacional do Município foi proporcional ao do Vale do Paraíba paulista, saltando de 6.863 pessoas para 11.833 pessoas. A população escrava de Taubaté aumentou significativamente entre os anos de 1774 e 1835, variando de 945 cativos para 2.244, respectivamente.¹⁰³ Isso significa um aumento de quase 240%.

É bom observar que, a massa escrava, acima mencionada, está preponderantemente entre os pequenos proprietários de até 5 cativos que,

de Sorocaba, cereais, varas de porcos, couros, tecidos, marmelada, carnes defumadas, algodão, lã, vinhos da terra” MÜLLER, N. L. pp. 19-20.

¹⁰³RANGEL, pp. 77, 375.

constituíam cerca de 75% dos domicílios do município.¹⁰⁴

O rápido aumento da população nos períodos mencionados dá uma idéia da potencialidade comercial das atividades desenvolvidas em Taubaté e das perspectivas promissoras dessas atividades, que diga-se de passagem, são aquelas não envolvidas, primordialmente, com o comércio de exportação.

Se tivermos como exemplo, de produção para exportação, o cultivo de cana e de café no período entre a década de 1790 até 1835, na região do Vale paulista, perceberemos que essas atividades não são a principal atividade econômica da população naquele momento e lugar. A esse respeito vejamos:

Ao analisar a economia açucareira paulista Petrone observa que,

Melo Castro e Mendonça afirma que, quando começou a governar a Capitania em 1797, as vilas na estrada para o Rio de Janeiro ‘apenas principiavam seus estabelecimentos de assucar e a plantação de café’. Deve ter sido, portanto, nas últimas décadas do século XVIII que, nessa área, a população passou a interessar-se pelo cultivo da cana de açúcar, animando com as possibilidades de exportação para o Rio de Janeiro e Europa.¹⁰⁵

A autora observa que, em 1817, paralelo à cultura da cana - que era de pouca expressividade -, eram produzidos em Taubaté víveres e tabaco e porcos e galinhas em grande quantidade.¹⁰⁶ Petrone afirma, entretanto, que, na realidade “a área ao longo do caminho para o Rio de Janeiro, nunca foi grande produtora de açúcar”.¹⁰⁷

¹⁰⁴RANGEL, p. 205-206.

¹⁰⁵PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968, pp. 38 -39.

¹⁰⁶Grifo meu.

¹⁰⁷Grifo meu. PETRONE, pp. 40 -41.

A cultura da cana em Taubaté é também examinada nas pesquisas de Rangel que, inclusive, confirmam as assertivas de Petrone. Segundo esse autor, a cultura da cana no Município teve uma passagem curta e de pouca representatividade.¹⁰⁸ Durou de 1798 a 1805, período de maior dinâmica de sua produção. Rangel observa que, em 1805, os pequenos volumes comercializados não superaram 6.124 arrobas, que foram produzidos por 25 domicílios.¹⁰⁹ Essa quantia produzida por Taubaté era insignificante se comparada com as 21.556 arrobas produzidas por São Sebastião e Ubatuba em 1798, por exemplo.¹¹⁰ Em 1836/37 a produção de cana do município foi ainda menor alcançando a quantia de 1.114 arrobas.¹¹¹

Embora o café tenha ocupado um papel muito mais expressivo que o açúcar na história do Vale do Paraíba paulista, pode-se dizer que o advento do século XIX não encontra o café como a ocupação produtiva principal da população, em especial Taubaté.

O que me interessa destacar, nesse momento, é que o café nos momentos iniciais do século XIX não era, ainda, junto com a cana, os responsáveis pela movimentação comercial de Taubaté.

Analisando o surgimento da empresa cafeeira na região do Vale do Paraíba paulista, Motta observa que o cultivo da rubiácea se iniciou nos anos finais do século XVIII:

O que parece certo... é que a partir de 1797 o café passa a fazer parte,

¹⁰⁸Grifo meu.

¹⁰⁹RANGEL, p. 123.

¹¹⁰PETRONE, p. 152.

¹¹¹MÜLLER, D. P. *Ensaio d' um quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978, p.124. Taubaté possui nesse momento 1 engenho de açúcar; 17 destilarias de aguardente; 4 fazendas de criar; 86 fazendas de café. Idem, p. 130.

*com regularidade, das exportações de São Paulo feitas a partir do Porto de Santos. Nesta vila, ademais, segundo se infere de uma carta escrita pelo juiz de Fora José Antonio Appolinario da Silveira, os primeiros cafezais teriam sido plantados já no ano de 1787.*¹¹²

Em 1798 a produção de café em São Paulo ainda era bastante pequena. Assim é que, em Lorena, a produção era de 70 arrobas; em Taubaté 68, Itú 40, Ubatuba 100, São Vicente 60, Cananéia 28 e Paranaguá 40, São Paulo 3, São Sebastião 26, Iguape 50, Antonina 106 e de Guaratuba 72.¹¹³ Bananal, a maior produtora de café de São Paulo em meados do dezenove, aparece em 1799 com uma pequena produção deste produto. "...na lista correspondente ao ano de 1799, consigna-se a exportação de 39 arrobas de café da vila de Lorena, sendo 9 delas produzidas na 6º Companhia de Ordenanças, isto é, em Bananal..."¹¹⁴

Se considerarmos que, na terceira década do século XIX, o café ainda não tinha superado o açúcar em quantidades exportadas¹¹⁵ e que, o Vale do Paraíba paulista, principalmente Taubaté, está no prenúncio de suas grandes safras podemos dizer que, as atividades comerciais ligadas ao mercado interno - ênfase para a agricultura de alimentos - são, possivelmente, as maiores responsáveis pelo incremento demográfico verificado em Taubaté.

¹¹²MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo, FAPESP/Annablume, 1999, p. 49. As pesquisas de Motta se inscrevem entre recentes trabalhos que procuram analisar o impacto da expansão cafeeira nos idos finais do século XVIII e início do XIX, dando ênfase, principalmente, às variáveis econômica e demográfica. Permitindo, a partir disso, desenhar os contornos da estrutura de posse de cativos e da família escrava em São Paulo.

¹¹³RANGEL, *tab.* 4.27, p. 255.

¹¹⁴MOTTA, pp. 49-50.

¹¹⁵TAUNAY, A d'E. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do café, 1945, pp. 547-549.

Alguns números expressam o que acima foi dito. Se considerarmos que a produção de café da Zona Norte de São Paulo alcançou 3.273.139 arrobas em 1854, veremos que, a produção de 1836, que foi de 560.334 arrobas, ainda está nos seus primórdios.¹¹⁶

Se atentarmos para Taubaté veremos que o café, nos meados da década de 1830, pouco significava no contexto produtivo local, principalmente se tivermos como referência a década de 1850. A produção de café em Taubaté alcançou em 1836/37 um total de 23.607 arrobas,¹¹⁷ enquanto em 1854 sua produção chegou a 354.730 arrobas.¹¹⁸

Como pôde ser observado, a evolução demográfica de Taubaté, antecede a instalação da empresa cafeeira e, não está fundamentalmente ligada às atividades de exportação, como cana.¹¹⁹

O número de localidades que ascendem à condição de vila no Vale do Paraíba paulista, na virada do século XVIII para o XIX, reforça os dados da Tabela 1 e, sugere perguntar a que estaria economicamente vinculado esse crepitar de vilas e localidades.

¹¹⁶MILLIET, S. *Roteiro do café*. São Paulo. 1938., p. 44.

¹¹⁷MÜLLER, D. P. p.124. Taubaté possui nesse momento 1 engenho de açúcar; 17 destilarias de aguardente; 4 fazendas de criar; 86 fazendas de café. Idem, p. 130.

¹¹⁸MILLIET, p. 44.

¹¹⁹ Ao que parece não apenas a população do Vale do Paraíba está inserida em atividades não exportadoras mas a própria Capitania/Província de São Paulo vivencia uma realidade parecida. Na virada do século XVIII para o XIX, em São Paulo, o que se observa é o predomínio de agricultores não vinculados às atividades exportadoras. De acordo com a análise das listas nominativas paulistas feita por Fragoso, observa-se que “em 1798, 2,5% dos chefes de domicílio se declararam senhores de engenho e ou engenhocas, 8% diziam-se criadores ou criadores-lavradores e 58% apenas lavradores (a maior parte dos quais não ligados à produção açucareira). Trinta anos depois, o novo recenseamento indicava que o peso dessas categorias se mantinha, com amplo domínio dos lavradores dedicados à subsistência e/ou ao abastecimento interno. Assim, permanecia rigorosa a participação dos segmentos não exportadores da capitania, sobretudo daquelas ligadas à pecuária”. FRAGOSO, J; FLORENTINO, M & FARIA, S. C. *A economia colonial brasileira - séculos XVI-XIX*. São Paulo: Atual, 1988, p. 60.

Cunha é elevada a vila em 1785, Lorena em 1788, e Areias em 1816. Outros povoados ainda podem ser mencionados. É o caso de São José dos Campos elevada à vila em 1767, São Luiz do Paraitinga em 1773. Isso sem mencionar o surgimento de outros núcleos populacionais devido ao movimento crescente de gentes e produtos cada vez mais presentes nestas paragens. Como é o caso de Aparecida e Caçapava.

*“Nos Vales do Paraíba e do Paraitinga... várias povoações se formaram, ampliando-se consideravelmente nessas zonas a rede de comunidades com características urbanas: Santa Isabel, Santa Branca, Cachoeira, Silveiras, Cruzeiro, Queluz... São José do Barreiro e Bananal”*¹²⁰

O Vale do Paraíba paulista vivia nesse momento grande euforia comercial, com circulação constante de mercadorias atendendo a uma demanda que se expandia à medida que a própria população também crescia. O aumento crescente da população acompanhado pelo incremento urbano fazia desenvolver todo tipo de prestação de serviços e pessoas envolvidas com os mais variados tipos de comércio.

As tropas cargueiras sempre de passagem pelo Vale contribuíram para intensificar as redes de relações comerciais. Assim,

*Desenvolvimento acentuado tiveram na época ainda - para atender ao movimento cada vez maior das tropas cargueiras - as indústrias de curtume, de cangalhas, de selas e de arreios, como também a atividade dos ferradores. Essas indústrias tôdas se localizavam principalmente na zona da Cachoeira-Lorena (no Vale do Paraíba), em Jundiaí (no Oeste) e em Sorocaba (no Sul).*¹²¹

¹²⁰BRUNO, pp. 84-106.

¹²¹BRUNO, p. 120.

A movimentação constante de viajantes e tropas pela região era um estímulo contínuo ao comércio. O caso de Sorocaba ilucida bem o que se fala. Essa localidade estruturou-se não somente enquanto centro de comercializar gado, mas também em local de produção de gêneros essenciais à manutenção das pessoas envolvidas com o gado.¹²²

Os primeiros lustros do dezenove são marcados por intenso fluxo de tropas bovinas para o Rio de Janeiro, especialmente, depois da instalação da Corte naquela província.¹²³

As significativas dimensões que esse comércio ganhou criou a necessidade de uma estrutura de suporte pelos caminhos e estradas por onde as tropas passavam. Essa estrutura compreendia a existência de pastos de internada e descanso, ranchos que oferecessem alimentos e abrigo e, mesmo pessoas para o manejo dos animais. Segundo documentação consultada por Marcondes os pastos de internada de Taubaté, Guaratinguetá e Bocaina eram utilizados, em 1821/1822, por Antonio da Silva Prado para controlar os preços da carne na praça carioca. Em carta de Antonio da Silva Prado ao capitão-mor Nuno da Silva Reis fica claro o controle e envio de gado para o Rio de Janeiro a partir de Taubaté.

“Já tem passado 1.600 bois, e ainda conto com 2.000 e tantos, que não tardarão aqui, e por isso deve V.S. contar com perto de 4.000 bois de minha conta, e remessa; e os que aqui tem passado até o presente tem ido gordos, e boa fazenda por que adotei o parecer de V. S. em comprar bois por mais dito

¹²² BACELLAR, pp. 15-16.

¹²³ cf. MARCONDES, R. L. *O abastecimento de gado do Rio de Janeiro - 1801-1811*. Toopoy, UFRJ, nº 2. No prelo.

como aconteceu; sendo muito de meu agrado, e mesmo conforme V. S. me expõem, preferir sempre fazer a venda de toda a partida ainda com alguma atenção, do que em pontas divididas, e como sei que ao cuidado de V. S. fica tal disposição, não tenho mais a recomendar a V. S., certo que obrará em tudo com a costumeira atividade e só devo dizer que V. S. que no dia 7 do corrente (dezembro de 1821) já de Taubaté seguirão 200 bois de minha conta. A serem entregues a V. S., e tendo determinado que todas as semanas siga um igual número e só o deixarei de fazer com o aviso de V. S. que pelo correio vem com brevidade...¹²⁴

Não é difícil supor que muito interessava aos agricultores de alimentos de Taubaté os negócios advindos da passagem de tropas pela localidade. No caso especial de Taubaté, local de internada de tropas, os negócios envolvendo o abastecimento de bois e tropeiros - que ficavam no Município por quanto tempo fosse necessário - interessava sobremaneira aos lavradores comerciantes.

A fabricação e comercialização da cerâmica era outra atividade importante na região.

A cerâmica popular era objeto de comércio regular, descendo pelo rio Paraíba, para Guaratinguetá, o produto fabricado no antigo aldeamento de Nossa Senhora da Escada (localidade situada entre Jacareí e Mogi das Cruzes), e exportando-se louça grossa, por São Sebastião, para fora da Capitania.¹²⁵

Não era raro, aos viajantes, a parada numa localidade qualquer, seja para alimentar-se, descansar ou mesmo fazer reparos nos instrumentos de

¹²⁴Terceiro copiador de cartas 1821-22, p. 134v. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *apud* MARCONDES, *O abastecimento...*p. 11.

viagem. Essas paradas podiam se estender por um tempo maior do que o previsto e, desta forma, o envolver-se no cotidiano local era quase um imperativo. O viajante Saint-Hilaire em sua segunda viagem pela Província de São Paulo, no ano de 1822, observou em Taubaté “operários de diferentes profissões, várias estalagens e muitas vendas”.¹²⁶ Inclusive, embora apressado, acabou ficando mais tempo do que desejava: “Contava vencer hoje quatro ou cinco léguas; mas fui obrigado a mandar fazer uma cangalha nova e o selleiro não m’a trouxe senão às quatro horas”.¹²⁷

O relato de Saint-Hilaire revela que o comércio era um dos pontos fortes em várias localidades do Vale paulista. De acordo com sua narrativa a

*...principal rua (Lorena), que atravessamos, em todo o seu comprimento, vêm-se várias lojas bem sortidas e entre elas, notei algumas de latoeiros, o que é muito raro na capitania de Minas.*¹²⁸

Ao passar por Guaratinguetá e Campos de Inhá Moça, Saint-Hilaire também notou um intenso movimento comercial nessa Vila, que ficava na rota dos postos de venda de cerâmicas. O viajante observou então que,

...canoas descem de Mogi das Cruzes até aqui trazendo taboas, toucinho e diversas mercadorias.¹²⁹ No caso de Campos de Inhá Moça... *”Não se vê uma casa que denuncie bem estar, mas passa-se sucessivamente, diante de uma infinidade de casinhas, várias delas vendas.*¹³⁰

O caráter minucioso e observador de Saint-Hilaire nos permite imaginar

¹²⁵BRUNO, p. 129.

¹²⁶SAINT-HILAIRE, *Segunda viagem ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, vol. V. Nacional, 1932, p. 158.

¹²⁷SAINT-HILAIRE, p. 159.

¹²⁸SAINT-HILAIRE, pp. 142- 143.

um pequeno instante de um domingo naquele Brasil de antanho.

*É hoje domingo e uma multidão de pessoas concorreu à missa. Alguns homens a cavallo estavam regularmente vestidos. Encontramos um número bastante grande de mulheres montadas e muitas mesmo, não estavam acompanhadas por homem algum. Trajavam segundo os costumes do paiz, chapéo de feltro e uma espécie de amazona de panno azul. Raras respondem ao cumprimento que se lhes faz, mantêm-se erectas, não virando a cabeça nem para um lado nem para outro e olham com o ‘rabo do olho’.*¹³¹

Sendo a missa um evento que catalisa grande número de pessoas, é natural que nos dias de sua realização se achegassem os interessados em comerciar. “Além das pessoas que iam à missa em Guaratinguetá encontramos também negros que para alli conduziam víveres. É a mesma cousa todos os domingos; dia em que a gente do campo envia seus produtos à cidade”.¹³²

As pesquisas de Scott sobre migração e família no Vale Paraíba paulista condizem com as assertivas de Saint-Hilaire e, evidenciam o fracionamento interno dessa região no que toca o seu envolvimento com diferentes atividades econômicas.¹³³

A autora ressalta que a característica básica da zona que incluía as Vilas de São Luís do Paraitinga e Cunha era seu relativo afastamento do eixo econômico principal, que ligava São Paulo e Minas e ao Rio de Janeiro, o que justificava a criação de porcos nessa zona.¹³⁴ Scott lembra ainda, que no período entre 1798 e 1828 o centro do Vale, de Jacareí a Guaratinguetá,

¹²⁹SAINT-HILAIRE, p. 146.

¹³⁰SAINT-HILAIRE, p. 147.

¹³¹SAINT-HILAIRE, pp. 147-148.

¹³²Grifo meu. SAINT-HILAIRE, p. 148.

¹³³cf. SCOTT.

acompanhando o rio Paraíba, dedicou-se à agricultura de cana, produção e exportação de açúcar e aguardente, enfatizando ainda a importância das atividades ligadas à criação de gado e à atividade tropeira. As culturas de fumo, algodão e amendoim, bem como a criação de porcos tiveram participação secundária nesta zona, o que não foi o caso do café, que teve sua produção aumentada a cada ano desde que foi introduzido na década de 1810. A autora menciona também, a existência de uma zona que tem início em Lorena, que dada a sua localização próxima ao entroncamento de caminhos para o Rio de Janeiro e para Minas favoreceu o desenvolvimento de atividades ligadas aos transportes.¹³⁵

Observa-se dessa maneira, que havia na região do Vale do Paraíba paulista uma intensa movimentação de pessoas e de mercadorias, que não estão preferencialmente ligadas às atividades de exportação. O incremento populacional e o desenvolvimento urbano de Taubaté, por sua vez, estimulava a atividade agrícola voltada para o comércio de alimentos. Muitos envolvidos com outras atividades que não primordialmente a lavoura de alimentos, também dela se serviram na atividade de comerciar.

Francisco de Tal 40, Arreador de tropas que lhe
rendeu em 10 viagens 100\$000 réis, vendeu sua produção de
milho, feijão e arroz a 25, 8 e 10 mil réis, respectivamente.
Planta para sua subsistência.¹³⁶

A lavoura de alimentos além de permitir a auto-subsistência, possibilitava ingressar no mercado local/regional com um produto comercializável. Em

¹³⁴ SCOTT, *op. cit.*

¹³⁵ SCOTT, pp. 36-37.

¹³⁶ Lista Nominativa, Taubaté, 1835, rolo 212. Arquivo do Estado de São Paulo.

estudo sobre as populações rurais do Alto Paraíba, Brandão observa o fato de que

*houve sempre uma intensa atividade de comércio regional de excedentes, de tal sorte que, (...), a profissão de lavrador de algum modo está estreitamente ligada à atividade de negócio, e mesmo com ele o meeiro pobre completava a sua identidade de homem da terra e do trabalho.*¹³⁷

É nessa perspectiva, de lavra e comércio, que Rangel observa que, em 1774 o município

*“...caracterizava-se por uma economia essencialmente agrícola em que a imensa maioria da população dedicava-se às atividades agrícolas, ao pastoreio, à pesca e à extração de madeira, que se constituía na principal atividade econômica de 75,6% dos domicílios....*¹³⁸

Se como vimos, as atividades de exportação, cana e café, não são significativas no final do século XVIII e, segundo Rangel, a extração da madeira é a principal atividade em Taubaté em 1774, vejamos, como está inserida a produção de milho, feijão e arroz nesse contexto e ano.

A falta de dados sobre a produção de alimentos feita pelos pequenos produtores (leia-se os sem escravos), para o ano de 1774, me obrigou a subtrair do total, produzido nesse ano no Município de Taubaté, a quantia produzida pelos fogos com escravos exposta na tabela 2; desse resultado temos a quantia produzida nos fogos sem escravos.

Segundo Rangel, a produção total dos alimentos em 1774 foi de 24.712 alqueires. Se desse dado nós retiramos a quantia produzida pelos fogos com

¹³⁷ BRANDÃO, C. *Partilha da vida*. São Paulo: Cabral, 1995, p. 40.

escravos (Tabela 2) teremos então a quantia produzida pelos fogos sem cativos. A produção total de feijão, arroz e milho entre os fogos detentores de escravos em 1774 foi de 10.460 alqueires. Retirando do total produzido em 1774 (24.712 alq.) a quantia de 10.460 alqueires, temos que a produção feita nos fogos sem escravos foi de 14.252 alq. ou quase 58 % do total.

Tabela. 2 - Média de produção por fogo segundo tamanho de plantel.
Taubaté, 1774.

Tamanho Do plantel	Milho		Feijão		arroz		porco	
	Méd.	Prod.	Méd.	Prod.	Méd.	Prod.	Méd.	Prod.
Pequeno	44	3969	10	822	8	288	12	166
Médio	60	1729	15	374	15	150	9	71
Grande	115	1605	24	308	14	140	16	131
Plantation	146	732	46	230	23	113	22	45
Total		8035		1734		691	13	413
s/ escravos	-	11.376	-	2.264	-	612	-	-
total geral ¹³⁹		19.411		3.998		1.303		-

Fonte: Banco de dados. Maurício Martins Alves.¹⁴⁰

obs: plantel de tamanho *pequeno*, com 1 a 4 escravos; *médio*, com 5 a 9 escravos; *grande*, com 10 a 19 escravos; *plantation*, 20 ou mais escravos. As unidades de medida do feijão, arroz e milho estão em alq., e os porcos em cabeças. Unidades válidas para as tabelas 14, 15 e 16.

Se agregarmos à produção total dos fogos sem escravos - 14.252 alqueires - a quantia produzida entre as unidades possuidoras de até quatro cativos - 5.079 alqueires - (Tabela 2) a produção total dessas pequenas unidades produtivas chega a 78,2% de toda a produção de feijão, arroz e milho do Município de Taubaté em 1774.

¹³⁸RANGEL, p. 51

¹³⁹Os dados referentes a produção total do ano de 1774 encontram-se em Rangel, p. 53.

¹⁴⁰A tabela 2 foi gentilmente cedidas por Maurício Martins Alves, a quem sou muito grato.

A produção total de feijão em 1774 foi de 3.998 alqueires,¹⁴¹ dos quais 1.734 alqueires (tabela.2) foram produzidos em unidades com mão-de-obra escrava. Subtraindo do total a produção realizada nos fogos com escravos, temos que, 2.264 alqueires de feijão (Tabela 2) estão sendo produzidos em unidades onde não se conta com o trabalho escravo. Isso representa na produção geral uma porcentagem de quase 57% do total; mas chega a 77% do total se juntarmos à aqueles 57% a produção realizada entre os fogos com até quatro cativos. Reafirmando, assim, o vínculo das pequenas unidades agrícolas na produção de feijão em Taubaté.

A produção total de arroz, no ano de 1774 foi de 1.303 alqueires¹⁴² dos quais 46% ou, 612 alqueires (Tabela 2), foi realizada nas propriedades sem escravos. Se somarmos a essa produção a realizada nos fogos com até quatro cativos (Tabela 2), o resultado produtivo dessas unidades chega a quase 70%do total.

No caso do milho, 58% do que foi produzido no Município, em 1774 (Tabela 2), foi realizado entre os fogos sem mão-de-obra cativa. O percentual da produção de milho sobe para quase 80% se agregarmos à produção dos fogos sem escravos o que foi produzido pelas unidades produtivas de até quatro cativos.

Tendo em vista que, as unidades agrícolas com até 4 cativos não podiam, em geral, prescindir da mão-de-obra familiar, temos que, a maior parte da produção de gêneros básicos, em 1774, está sendo feita em unidades sem

¹⁴¹Rangel, tabela 2.2, p. 53.

¹⁴²Rangel, tabela 2.2, p. 53.

escravos ou naquelas onde se possui até quatro cativos, isto é, trata-se de pequenos agricultores.¹⁴³

O peso dessa agricultura de alimentos, no valor total das atividades agrícolas, pode ser melhor observado se agregarmos aos mantimentos, acima mencionados, a produção de farinha de mandioca, que somados respondem por 66,8% da produção agrícola total do Município.¹⁴⁴

Deve-se dizer, ainda, que, o período pontuado entre 1774 e 1835 marca uma evolução da produção dos alimentos analisados em 39%. A produção de arroz, feijão e milho subiu de 24.712 alqueires para 34.359 alqueires, nos anos considerados.¹⁴⁵

Se em 1774, segundo Rangel, a atividade de extração de madeira ocupava a grande parte dos fogos taubateense, o que não exclui, segundo vimos, a produção de alimentos, vinte quatro anos mais tarde, o cenário, em Taubaté, indicava a produção de gêneros para abastecimento como a segunda atividade comercial da localidade (Tabela 3): “Os alimentos haviam sido comercializados por 174 domicílios e representavam 14.4%do valor total da produção agrícola”.¹⁴⁶ Deve-se dizer que, essa percentagem corresponde ao segundo lugar em vendas no município, ficando atrás das vendas de fumo que alcançaram 36,8%.¹⁴⁷

Ao que parece não apenas Taubaté se colocava como produtora de alimentos mas também outras localidades.

¹⁴³Para uma realidade similar a essa, ver Fragoso, *esp.* ítem 4 e 5, cap. 1.

¹⁴⁴RANGEL, p. 52.

¹⁴⁵Ver Tabelas 2 e 11.

¹⁴⁶RANGEL, pp. 113-114.

¹⁴⁷RANGEL, p. 112.

Em meados da década de 1830, Pedro Müller observava que,

*O terreno para Leste, para onde corre o rio Parahyba, e seus afluentes, é uma grande parte de matos; n'este além dos gêneros que plantão para alimento, como milho, feijão, arroz e mandioca, fazem a força do seu comércio na cultura do café, assim também em Aguardente Tabaco, criação de porcos, e gado vaccum.*¹⁴⁸

Müller afirma que, em Bananal, 1836, se produzia 16.931 alq. de arroz, 9.674 alq. de feijão, 34.534 alq. de milho e, 2615 cabeça de porcos. Em Areias, eram 17.000 alq. de arroz, 14.673 alq. de feijão, 54.892 alq. de milho e, 1.390 cab. de porcos. Lorena produzia 16.605 alq. de arroz e, 10.136 alq. feijão, 60.268 alq. de milho e, 3.082 cab. de porcos. Em Guaratinguetá se produzia 15.028 alq. de arroz, 9.432 alq. de feijão, 36.934 alq. de milho e, 234 cab.. de porcos.¹⁴⁹

A produção de alimentos foi para muitos o meio de se ascender social e economicamente e, justamente por permitir tal ascensão é que era, por muitos, realizada. As pesquisas de Scott, sobre migração e família no Vale do Paraíba paulista, atestam a decisiva importância da agricultura de alimentos na região, considerando que de

*forma geral, o acúmulo de terras e escravos pela elite analisada se fez ao longo do tempo. Partiram quase sempre, de atividades voltadas para a agricultura de subsistência para posteriormente, com recursos aí acumulados, lançarem-se a atividades mais lucrativas e integradas ao circuito internacional de comércio, como a lavoura de cana e do café.*¹⁵⁰

¹⁴⁸MÜLLER, D. P. p. 25

¹⁴⁹MÜLLER, D. P. p. 124. Ver tabela nº 3, p. 124.

¹⁵⁰ SCOTT, p. 54. Maia e Buarque de Holanda observam que “a lavoura preparou ali, de algum modo, a infra-estrutura sobre a qual haverão de implanta-se com perspectivas muito mais

É mister afirmar que a produção de alimentos (para o mercado ou não) é a principal atividade em que esteve envolvida a população taubateense na virada do século dezoito para o dezenove e, pelo que me parece é essa atividade a maior responsável pela movimentação comercial e populacional do município no período por mim estudado.

É sem sombra de dúvidas que os agricultores voltados para o abastecimento estão incorporados num sistema mais amplo de comércio, e que fazem parte de uma estrutura de poder e reprodução da ordem social que não lhes é possível se desvencilhar, mas, por outro lado, que também permite sua reprodução.¹⁵¹ A sobrevivência econômica dessas populações, envolvidas com negócios pouco rentáveis era perfeitamente possível. E não raramente extrapolavam o universo da subsistência, incorporando-se num mundo que se não os reconhecia como membros de uma "fina estampa", os "reconhecia" pela importância que a atividade de abastecimento podia ter.

A existência da agricultura de subsistência, numa localidade marcada pelo movimento de viajantes e tropas,¹⁵² bem como o seu vínculo comercial com a região, em momentos diferentes da agricultura de exportação, variando entre cana e café, confere à sua estrutura produtiva uma outra conformação: a de que não é, apenas, de subsistência mas também de abastecimento.

Segundo Brandão, no período de

amplas, os cafezais. A rigor o chamado ciclo dos engenhos não é muito mais, nesse caso, do que um prolongamento e um enriquecimento da lavoura de subsistência da fase anterior".
HOLANDA & MAIA.

¹⁵¹ cf. FRANCO; MARTINS; MATTOS; BACELLAR; FRAGOSO,

¹⁵² "Entre 1780 e 1800, pelo registro de Sorocaba passariam por ano, ao redor de 10 mil mulas; para o período de 1800 a 1826, esse número foi de mais de 30 mil mulas; em tal crescimento a demanda da agro-exportação fluminense teve um peso decisivo". Sabe-se, que era pelo vale do Paraíba que se escoava as tropas para o Rio de Janeiro, portanto, passando por Taubaté.

...passagem do café pelo Vale, as terras férteis do Alto Paraíba¹⁵³ multiplicaram vantagens para o produtor de alimentos destinadas à venda para cidades em pouco tempo enriquecidas e povoadas, e também para fazendas cuja força de trabalho escrava requeria milho, feijão e arroz para produzir o café. Essa produção ampliada de excedentes de mesa enriqueceu moderadamente alguns fazendeiros da região, ao lado de alguns cafezais, e o trabalho escravo terá sido empregado em ambos os tipos de lavoura.¹⁵⁴

Se a produção de alimentos esteve presente nas atividades comerciais de Taubaté, é bom lembrar que a inserção na vida econômica da localidade e/ou região abria uma margem de trabalho que dificilmente se esgotava. Era a partir do envolvimento comercial na venda, compra e troca de produtos que se engendravam também outras possibilidades de trabalhar como camarada, meeiro e outras atividades.

Não eram raros em Taubaté, por ocasião da passagem das tropas pela vila, muitos trabalhadores rurais oferecerem seus serviços como especialistas na manutenção dessas tropas, como ferreiros, arreadores, cangalheiros, seleiros, trançadores, jacazeiros, funileiros, entre outros, bem como de embarcar nelas como tocadores.¹⁵⁵ Essa fluência no trato com as oportunidades de trabalho, foi inclusive mal interpretada pela historiografia que sempre desconsiderou que a vida na zona rural exige de quem nela vive uma gama de conhecimentos inerentes a ela que possibilitavam um envolver contínuo com as oportunidades de trabalho.

citação de FRAGOSO, p. 113.

¹⁵³ Região serrana entre a Serra do Mar e o Vale do Paraíba paulista.

¹⁵⁴ BRANDÃO, p. 42.

¹⁵⁵ MAIA, T. & MAIA, T. R. de C. *O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

Os jornais de Taubaté revelam, em fragmentos, um pouco da dinâmica do dia-a-dia da localidade envolvida em diferentes atividades. Como no exemplo, à seguir:

"As barcas que descem e sobem o rio Paraíba na exportação e importação dos gêneros da lavoura e do comércio, pela diminuição das águas, carregam 400 arrobas menos com sensível prejuízo de todos os interessados".¹⁵⁶

A trama social e econômica se desenrola, por outro lado, nas ofertas de serviços e mão-de-obra que não se limitam espacialmente, isto é, oferta-se mão-de-obra para o campo, cidade ou outras localidades, como informa o seguinte anúncio:

"Benedito Vieira da Silva oferece-se para tomar conta de qualquer obra de carpintaria, ou por empreitada ou por dia, tanto n'esta cidade como em qualquer das circunvizinhas, e sendo em roça prontifica-se a tirar as madeiras necessárias as obras de que o encarregarem".¹⁵⁷

Publica o mesmo jornal um anúncio ofertando serviços de pedreiro:

*"O abaixo assignado scientifica ao respeitável público, que faz calçadas afiançando sua perfeição, à 17.000 réis a braça (com seis palmos de largura). Pode ser procurado em sua casa na rua do Rosário
José Francisco Bernardes".¹⁵⁸*

¹⁵⁶ Jornal *A imprensa de Taubaté*, 16 de janeiro de 1876, p. 1. Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté.

¹⁵⁷ Jornal *O Taubateense*, 28 de março de 1863, p. 4. Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté.

¹⁵⁸ Jornal *O Taubateense*, 19 de dezembro de 1863, p. 4. Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté.

Deslocamento espacial permitido pelos trollys existentes entre algumas cidades.

*"Os abaixo assignados fazem sciente ao respeitável público que acha-se aberta a linha de trolly da Cachoeira a Taubaté diariamente; de Taubaté a Jacarehy nos seguintes dias: segunda, quarta, e sábado de todos as semanas de Jacarehy no dia seguinte parte para Taubaté".*¹⁵⁹

Para várias funções e lugares...

*Vicente Ferreira da Silva oferece-se a todos os senhores tanto da cidade como fazendeiro, d'este ou de outro qualquer município para extinguir formigueiro, o que faz com alguma perfeição (...) Tinge de preto tudo quanto for de lãs e também toma a si o cargo de feitorisar e administar qualquer fazenda. Pode ser procurado na rua da Bica nº 22".*¹⁶⁰

Embora, os exemplos acima citados se refiram a um tempo já adiantado em relação a essa pesquisa, evidenciam a dinâmica em que estava assentava a vida destas localidades. Mostrando que a vida cotidiana do trabalho implicava muitas vezes um saber que não podia ser especializado, embora sempre se tivesse uma atividade principal a que se dedicar. Entretanto, lidar com entorno social significava criar oportunidades, que passavam necessariamente pelo conhecimento de várias atividades.

Enfim, a dinâmica comercial e agrícola da região dá mostras de como era possível para as populações, de homens pobres e livres, pequenos sitiantes, arrendatários e camaradas, se reproduzirem economicamente na sociedade de

¹⁵⁹ Jornal *A Imprensa de Taubaté*, 19 de março de 1876, p. 4. Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté.

sua época. Como foi observado, este tipo social tinha no trabalho agrícola e comercial um traço de sua identidade e, diferente do apático "Jeca Tatu" de Monteiro Lobato, estava preocupado com os vínculos e relações que estabelecia nessa sociedade, posto que era o meio de abrir e criar novas oportunidades de sobreviver e trabalhar.

2.3. *Nas entrelinhas da economia taubateense, 1798-1817.*

2.3.1. *Por dentro dos fogos, 1798 e 1808.*

Se a virada do dezoito para o dezenove acentua a densidade demográfica de Taubaté acompanhada por representativa produção da agricultura de alimentos pelos pequenos produtores, poderemos ver que, aumenta o envolvimento dos fogos com as atividades voltadas para a produção de alimentos e criação de porcos, salientando a heterogeneidade produtiva dos domicílios.

A convivência de setores econômicos voltados para mercados diferentes, local/regional e estrangeiro parece ter tido, no período por mim estudado, espaços que não necessariamente excluía a existência um do outro. Estudos recentes têm demonstrado como era possível essa coexistência.¹⁶⁰ A análise dos dados do ano de 1798 indica essa coexistência com boa participação dos produtores de alimentos.

¹⁶⁰ Jornal *O Taubateano*, 7 de fevereiro de 1863, p. 4. Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté.

¹⁶¹CARRARA, A. *A zona da mata mineira: diversidade econômica e continuísmo, 1839-1909*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1993; FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO; BRANDÃO.

Vamos observar a Tabela 3.

Tabela 3. Produção agrícola comercializada. Taubaté, 1798.

Produção	fogos	Quantidade vendida (1)	Valor réis	Participação %
Açúcar	11	491	796.893	10.9
Aguardente	51	1211	965.167	13.2
Rapadura	20	-----	232.880	3.2
Café	4	68	108.800	1.5
Algodão	74	472	379.488	5.2
Fumo	194	4173	2.687.412	36.8
Alimentos	174	-----	1.049.106	14.4
Vacuns	21	107	321.535	4.4
Cavalares	9	66	479.028	6.6
Porcos	20	147	282.975	3.9
Total	558	-----	7.303.284	100.0

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, 1798, AESP, *apud.*, Rangel, *op.cit.*, p. 112.

(1) Unidades de medida: açúcar, café, fumo, e algodão em arrobas, o aguardente em barris.

Se considerarmos que, em 1798, os fogos envolvidos com a produção de alimentos, seja para autoconsumo ou para venda (Tabelas 4 e 5), somavam o número de 515 fogos de um total de 836,¹⁶² temos que os fogos produtores de alimentos correspondem a 61,6% dos domicílios envolvidos com atividades agrícolas no município.

Em 1808, os fogos envolvidos com a produção de alimentos mantém sua proporção na participação total dos fogos, isto é, correspondem a 61,9% do total de fogos envolvidos com as atividades agrícolas. Entretanto, o número de fogos produtores de alimentos diminuiu de 515 para 319 domicílios entre os anos 1798 e 1808. Vejamos o que teria acontecido.

Os dados da Tabela 3 mostram a participação nas vendas da localidade dos produtos voltados para o abastecimento e indicam por sua vez a possibilidade existente de que aqueles que envolvidos com o cultivo de alimentos pudessem vendê-los no mercado.¹⁶³

Além dos 457 fogos que comercializavam sua produção, em 1798, existiam, segundo Rangel,

*...outros 400 (fogos) que derivavam sua principal fonte de rendimentos, também da agricultura sem, contudo, possuírem renda monetária (Tabela 4), pois nada haviam vendido (autoconsumo), segundo as declarações constantes nas Listas Nominativas.*¹⁶⁴

Esses produtores envolviam 28.8% do total dos fogos. Desses 400 fogos, 34 ou 8,5% do total possuíam escravos numa média de 3.7 escravos por fogo (Tabela 4).

¹⁶²RANGEL, Tab. E3. 31, p. 393.

¹⁶³Para saber sobre o mercado de açúcar e aguardente em Taubaté no período: cf. RANGEL, pp.111-112.

¹⁶⁴RANGEL, p.114.

Tabela. 4. Distribuição de escravos e fogos na atividade de autoconsumo.

ano	nº fogos	% no total de fogos	Escr.	% escr.	fogos s/ escr.	fogos c/ escr.	% fogos c/ escr.	médias
1798	400	28.8	127	9.6	366	34	8.5	3.7
1803	328	23.3	221	14.0	276	52	15.9	4.3
1808	253	17.3	159	9.8	214	39	15.4	4.1
1812	503	30.5	329	19.8	437	66	13.1	5.0
1817	844	48.1	375	21.2	744	100	11.8	3.8
1822	782	47.0	351	19.7	696	86	11.0	4.1
1825	880	50.5	337	16.6	795	85	9.7	4.0
1830	1081	55.0	473	20.2	952	129	11.9	3.7
1835	494	30.8	132	6.0	448	46	9.3	2.9

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, apud. Rangel, op.cit, pp. 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401.

A Tabela 4 mostra a existência de 400 fogos envolvidos com atividades agrícolas (alimentos) que, segundo Rangel, são voltadas para autoconsumo. Entretanto, pela sua quantidade e pelo peso no total dos domicílios (47,8% do total) não pode ser desconsiderada.

Em primeiro lugar, havia espaço físico e econômico à reprodução de boa parcela dos produtores. Espaço que permitia, inclusive, que, em 1798, parte deles adquirisse mão-de-obra escrava (Tabela 4). Em segundo lugar, a presença de cativos numa parcela dos fogos (subsistência) impossibilita pensá-los apenas como produtores de autoconsumo, mesmo considerando que nada tenha sido constatado como vendido.

Rangel engloba numa atividade (autoconsumo) produtores que, de alguma maneira, tem a seus serviços mão-de-obra que, em geral, é obtida por meio de compra. Independente de ser o escravo, nesse momento, de

aquisição “barata”, possuía ele um preço. Para uma população em sua maioria pobre, é razoável pensar que a compra do elemento servil deva ter passado, anteriormente, pela capacidade ou possibilidade que teve essa população de ocupar um espaço no comércio local. Isso significa dizer, que produziam para seu auto-sustento mas, possivelmente, também para o comércio.

Conforme podemos depreender das tabelas 4 e 5 os fogos inseridos na agricultura comercial de alimentos em 1798, possuíam a quantia de 36 cativos; quando, é muito maior o número de escravos, 127, nos fogos voltados para o autoconsumo que, segundo Rangel, não produzem renda monetária.¹⁶⁵

De que maneira domicílios envolvidos com atividades agrícolas e não participantes do mercado de venda (Tabela 4), segundo Rangel, chegaram a possuir o número de escravos em questão, superando o total de escravos dos domicílios produtores de alimentos para a venda? É bom lembrar que, em 1798, quase 25% dos escravos inseridos nas atividades agrícolas estavam nos fogos que produziam alimentos (Tabelas 4 e 5).

Tabela. 5. Distribuição de escravos e fogos na agricultura comercial de alimentos.

ano	nº fogos	% total de fogos	escr.	% escr.	Fogos s/ escr.	fogos c/ escr.	% fogos c/ escr.	média
1798	115	8.3	36	2.7	106	9	7.8	4.0
1803	70	5.0	57	3.6	57	13	18.6	4.4
1808	66	4.5	63	3.9	52	14	21.2	4.5
1812	51	3.1	37	2.2	43	8	15.7	4.6
1817	50	2.9	23	1.3	44	6	12.0	3.8
1822	56	3.4	39	2.2	52	4	7.1	9.8
1825	13	0.7	19	0.9	8	5	38.5	3.8
1830	13	0.7	16	0.7	11	2	15.4	0.0
1835	39	2.4	37	1.7	24	15	38.5	2.5

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, apud. Rangel, op.cit, pp. 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401.

A análise mais detida dos domicílios, no período entre 1798 e 1808, e os números de posse de escravos dessas unidades ajudam a entender o envolvimento dos pequenos produtores com o mercado de venda e compreender de que forma os não possuidores de “renda monetária” eventualmente vinculavam-se ao mercado.

Percebe-se pela Tabela 4 uma queda, entre 1798 e 1808, no número de fogos envolvidos na produção de autoconsumo, de 400 para 253, respectivamente. Isso pode significar o aumento da participação desses fogos nas atividades comerciais, explicando, por sua vez, os índices de venda da agricultura comercial de alimentos em 1805, o maior do período (Tabela 6).

Tabela 6. Evolução das vendas reais da agropecuária (1)

¹⁶⁵RANGEL, tab. E3.31. p. 393.

base: 1798=100

ano	Exportação (2)	Mercado interno (3)	Total	Agricultura	Pecuária	Alimentos
1798	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1801	227.3	90.7	161.3	164.5	143.1	58.2
1803	161.8	64.5	113.8	116.6	104.2	42.6
1805	297.6	105.6	201.2	203.6	195.0	68.3
1808	243.5	120.5	184.2	172.2	242.8	38.5
1810	241.4	149.9	200.2	161.6	371.0	43.0
1812	149.3	172.7	177.2	115.5	407.7	58.2
1815	162.1	253.6	236.6	123.5	648.7	54.9
1817	65.5	224.2	170.9	63.2	575.0	37.8
1820	212.7	277.9	273.9	163.5	678.0	49.5
1822	178.8	212.7	217.6	132.3	530.3	31.9
1825	495.5	165.0	311.9	320.3	358.5	33.9
1828	837.4	159.6	424.6	506.4	359.6	21.5
1830	861.8	104.4	378.6	492.2	243.7	7.9
1835	1412.6	95.7	534.6	845.5	133.4	45.2

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, apud. Rangel, op. cit., p, 117.

(1) Deflacionou-se o valor nominal da produção pelo correspondente Índice de Preços de Theil.

(2) Açúcar, café, fumo e algodão.

(3) Alimentos (farinha, milho, arroz e feijão), animais (vacuns, cavalares e porcos), aguardente e rapadura.

Por outro lado, observa-se, entre os anos 1798 e 1808, a diminuição dos fogos sem escravos, de 366 para 214, nas atividades de auto-consumo (Tabela 4). No entanto, fato não é acompanhado de um incremento dos fogos com escravos dentro dessa atividade. Mas, ao contrário do que se esperava, também não há aumento do número de fogos voltados para a produção de alimentos no mercado (Tabela 5), que, aliás, diminuiu de 115 e 66, entre os anos de 1798 e 1808. Contrastando com os índices de venda de 1805 (Tabela 4).

O que terá acontecido, então? De que maneira, os fogos que não tinham renda monetária passaram a tê-la, posto que deixaram de ser classificados como agricultores de autoconsumo? O que explica os índices de 1805 considerando a queda no número de fogos produtores de alimentos?

Ao se observar a Tabela 6, nos anos entre 1798 e 1805, nota-se um movimento de dinamização do mercado interno. O índice de venda da pecuária varia de 100.0, em 1798, para 195.0, em 1805. O índice de venda dos alimentos varia, no mesmo período, de 100.0 para 68.3. Tendo em vista o caráter da pecuária suína taubateana, acredito, que a partir dos primeiros anos do século XIX, há um intenso envolvimento de pequenos produtores de alimentos na criação de porcos.¹⁶⁶

Tabela 7 - Evolução das vendas de porcos por domicílio, Taubaté.

ano	até 20		20 - 50		+ 50		Total	
	Nº	Q	N	Q	Nº	Q	Nº	Q
1798	19	117	1	30	-	-	20	147

¹⁶⁶A questão está sendo tratada em relação aos suínos, posto que a criação de cavalares e vacuns não foi expressiva na região. Para maiores informações sobre a pecuária em Taubaté cf. RANGEL, pp. 393 a 401.

1801	92	405	1	37	1	100	94	542
1803	89	335	1	30	-	-	90	365
1805	165	569	4	120	-	-	169	689
1808	160	628	7	258	2	170	169	1056
1810	132	502	9	339	4	767	145	1608
1812	219	778	12	435	8	732	239	1945
1815	243	1149	12	466	14	1386	269	3001
1817	157	881	17	702	9	1025	183	2608
1820	177	903	22	842	11	1205	210	2795
1822	162	762	16	640	11	1050	189	1682
1825	24	231	22	816	3	280	49	1347
1828	88	504	15	549	4	300	107	1483
1830	46	390	13	531	3	350	62	1271
1835	84	564	-	-	1	100	85	664

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, *apud*, Rangel, *op. cit.*, 139.

Isso se deve ao fato de que a maioria esmagadora dos criadores de porcos são pequenos criadores (Tabela 7) e possuíam até 20 animais, tendência em todo o período de bons negócios da pecuária suína. Em 1798, 95% do total de criadores de suínos tinham até 20 animais. Em 1808, os criadores de até 20 animais ainda são a grande maioria com 94,6% do total de criadores. Aumento no período de 742% (Tabela 7) e, são responsáveis por quase 60% do porcos criados no Município em 1808. Certamente o comércio de porcos estava bastante promissor para esses pequenos criadores.

A razão que explica o envolvimento de pequenos produtores, e de poucos recursos, com a criação de porcos, está em boa medida, por serem esses animais mais baratos e de pequeno porte o que facilita a sua criação. Outro elemento pouco mencionado pela literatura, e que contribui para a criação desses animais é o fato de que os porcos comem qualquer coisa, ao contrário de cavalares e vacuns.

A diminuição do número de fogos voltados para o auto-consumo (tabela 4), sem o correspondente aumento do número de fogos na agricultura

comercial de alimentos (Tabela 5), pode estar ligada a participação daqueles fogos na criação de suínos. Tal situação se observa, ao considerar que os fogos, envolvidos na criação desses animais, (até 20 cabeças) sobem de 19 em 1798, para 160 em 1808 (Tabela 7). Isso aponta para o fato de que, ao contrário, do que pressupôs Rangel, esses, sem “renda monetária”, não estão assim tão destituídos como se pode pensar à primeira vista.

A evolução da pecuária suína não corresponde, por seu turno, na diminuição da produção de alimentos como bem se observa na Tabela 6 no período 1801/1808. Mas coexiste com ela, posto que é praticada, em boa parte, pelos mesmos produtores. Nesse sentido, deve-se dizer, que a diminuição nos índices de venda dos alimentos entre 1805 e 1808, possivelmente está ligada a um rearranjo da produção e o estabelecimento de novos mecanismos comerciais causados pela incorporação de um novo produto, o porco. A recuperação das vendas alimentícias, nos anos posteriores, atesta a minha assertiva.¹⁶⁷

2.3.2. Transformações no mercado e o rearranjo dos produtores, 1808-1817.

O período posterior, 1808 a 1817, é marcado por uma forte dinâmica do mercado interno (Tabela 6), bem como, pela queda contínua das vendas dos produtos voltados para exportação: é o caso do açúcar, aguardente e do

¹⁶⁷Uma realidade similar é apresentada por Monteiro. Segundo essa autora, a atividade de criar associada ao cultivo de alimentos para venda era recorrente na região de Araraquara durante boa parte do século XIX. MONTEIRO, R. C. M. *Criadores, cafeicultores, terra e mão-de-obra. Araraquara e São Carlos na era da transição, 1830-1888*. Dissertação de Mestrado. UNESP/ARARAQUARA, 2000, p. 40.

algodão. O valor de produção dos exportáveis (Tabela 6), cai de 243.5 para 65.5, entre os anos acima mencionados.

O comportamento nas vendas da pecuária mantém-se em ritmo crescente no período (Tabela 6), marcando agora uma diferença com o período anterior. Os fogos, criadores de até 20 cabeças de porcos, vão variar ao número de 160 em 1808, somando 243 em 1815, e voltando em 1817, aos patamares de 1808, com a soma de 157 cabeças. Por outro lado, os fogos, criadores de 20 a 50 cabeças, que chegaram em 1808 em número, máximo, de 7, atingiram em 1817 a soma de 17 (Tabela 7).

Os fogos criadores de até 20 cabeças, em 1817, ainda são a grande maioria compondo quase 86% do total dos fogos criadores (Tabela 7). Por outro lado, a participação desses fogos no total de suínos criados na Vila ficou agora em 33,%. A diminuição em relação a 1808, que tinha sido de quase 60%, se deve principalmente pelo aumento dos fogos criadores de mais de 50 cabeças de porcos, que num total de 9 fogos - 4,9% dos fogos criadores - criaram no ano de 1817 quase 40% do total de porcos da localidade.

O aumento do número de fogos, criadores de 20 a 50 cabeças e mais de 50 cabeças de porcos, deve estar relacionado aos bons ventos que sopram esta atividade nesse momento.

Vamos agora analisar o envolvimento dos fogos produtores de alimentos e criadores no interregno 1808-1817.

O período indica uma explosão de fogos envolvidos nas atividades de auto-consumo (Tabela 4). Em movimento concomitante o número de fogos sem

escravos dentro do auto-consumo também aumentou, o que sugere, segundo Rangel, retração comercial.

*A pobreza, observa Rangel, teria um comportamento anticíclico em relação à agricultura comercial, vale dizer, em períodos de florescimento da agricultura comercial e de expansão das vendas, o universo da pobreza reduzir-se-ia através da incorporação dos pobres ao universo da riqueza representada pela posse de escravos. De forma diversa, nos períodos de contração, ampliar-se-ia a participação dos domicílios sem escravos.*¹⁶⁸

Rangel parte da idéia de que ter escravos é o referencial para se pensar o universo da pobreza e sua inserção ou não no mercado. Ao se observar a Tabela 5 nota-se um decréscimo do número de fogos sem escravos, entre 1808 e 1817, na agricultura comercial de alimentos, o que significa, segundo Rangel, a sua inserção no “universo da riqueza” proporcionado pelo bom desempenho dessa agricultura. Contraditoriamente, nota-se, por outro lado, dentro dessa mesma atividade, que os fogos possuidores de cativos também diminuem, acompanhados de uma diminuição geral dos fogos envolvidos com a agricultura comercial de alimentos.

Poderíamos acreditar, então, que a dinamização do mercado interno provocou a exclusão daquela parcela dos fogos detentores de poucos recursos. Ou seja, na inviabilidade de investir na produção para o mercado exportador, os detentores de maiores recursos pouco a pouco ocupariam espaço no mercado interno, forçando o retorno dos menos aquinhoados às atividades de auto-subsistência. Segundo Rangel, haveria um comportamento opositivo entre as atividades de exportação e de mercado interno no

município, isto é, quando um dinamiza o outro se contrai.¹⁶⁸ Uma observação mais atenta aponta direções diferentes.

É bom lembrar que, em 1817, dos 1.017¹⁷⁰ fogos envolvidos com a agricultura em Taubaté, 894 domicílios dedicavam-se a agricultura de alimentos, para a venda ou não (Tabelas 4 e 5). Esse último total de domicílios controlava 42% da massa escrava na Vila em 1817.

Observando o período entre 1808 e 1817, nota-se que as vendas de alimentos para o mercado não apresenta um decréscimo substancial nesse interregno (Tabela 6). Mas ao contrário, a venda de alimentos no período mantém seu ritmo.¹⁷¹

Existe um desencontro nos dados apresentados. Se o volume de vendas dos alimentos (nesse caso, vegetais) permanece positivo, e por outro lado, segundo Rangel, o número de fogos envolvidos nessa produção diminuiu, o que teria acontecido?

Tabela. 8 - Evolução dos fogos envolvidos com a criação de porcos, sendo esta sua atividade econômica principal, em relação total.

ano	nº fogos	%	escr.	%	fogos s/escr.	fogos c/ escr.	%
-----	----------	---	-------	---	---------------	----------------	---

¹⁶⁸RANGEL, p. 214.

¹⁶⁹RANGEL, p. 117.

¹⁷⁰RANGEL, p. 397.

¹⁷¹ O ano de 1817 (Tabela 6) marca uma queda de todos os ramos produtivos, o que sugere mais uma contração geral do mercado comercial, do que propriamente crise de venda de um produto isolado. O que fica claro, ao notar que o ano de 1820 expressa a recuperação de todos os setores, inclusive os exportáveis.

1798	14	1.0	10	0.8	12	2	14.3
1803	75	5.3	73	4.6	60	15	20.0
1808	152	10.4	199	12.2	122	30	19.7
1812	222	13.5	240	14.4	176	46	20.7
1817	157	9.0	287	16.2	102	55	35.0
1822	178	10.7	358	20.1	128	50	28.1
1825	37	2.1	186	9.2	9	28	75.7
1830	56	2.8	193	8.2	29	27	48.2
1835	51	3.2	44	2.0	38	13	25.5

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, apud. Rangel, op.cit, pp. 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401.

Em primeiro lugar a criação de porcos pelos pequenos produtores - de até 20 cabeças - que em 1808 totalizava 628 porcos aumentou 40% em 1817, com um total de 881 cabeças (Tabela 7). Essa última quantia era equivalente a aproximadamente 34% do total de porcos vendidos no Município em 1817. É importante dizer que, os fogos criadores e não possuidores de cativos (Tabela 8) representavam quase 65% do total de fogos criadores no ano de 1817.

Em segundo lugar, o número de fogos criadores e possuidores de escravos aumentou em 83% no período acima mencionado e passou a contar em 1817 com 44% mais escravos que em 1808 (Tabela 8).

A criação de porcos, nestes bons momentos de venda, possibilitou a aquisição de mais cativos, ou da aquisição por parte de quem ainda não os possuía. Mas, possibilitou também que, domicílios não criadores passassem a fazê-lo. Sendo a criação de porcos favorecida pelo mercado, entende-se o porquê da filiação dos produtores de alimentos como pecuaristas, embora

também cultivassem alimentos para o abastecimento, haja vista a manutenção dos níveis de venda da agricultura de alimentos.

Se observarmos os fogos produtores de alimentos para autoconsumo entre os anos de 1808 e 1817 (Tabela 4), notar-se-á o aumento do número de escravos nesses fogos em 135% e o aumento de 156% de fogos com escravos.

Considerando, segundo Rangel, que ter escravos é ingressar no universo da riqueza, temos, então, que os fogos - autoconsumo - de alguma maneira também se envolveram no mercado de venda de alimentos. Considerando a posse de escravos e de fogos com escravos que acima observamos, o que talvez explique também os índices de produção de alimentos comercializados (Tabela 5), mesmo considerando a informação da Tabela 5 de diminuição dos fogos produtores de alimentos para o mercado.

É complicado afirmar que os fogos, relacionados por Rangel, como produtores de autoconsumo não estejam vendendo parte que seja de sua produção no mercado local. Diante dos dados apresentados, acredito na possibilidade do envolvimento simultâneo dos produtores de alimentos com a criação de porcos e do seu envolvimento, em diferentes condições, com o mercado local/regional.

3. Entre 1817 e 1835: a agricultura de alimentos e os cafeicultores?

O capítulo que se apresenta tem como propósito o estudo das atividades produtivas e comerciais ligadas a agricultura de alimentos em Taubaté, entre 1817 e 1835, e desenvolvida em unidades produtivas de menor envergadura, especialmente, aquelas destituídas do uso da mão-de-obra escrava ou com pequenos plantéis.

Para tanto, o capítulo está dividido em três seções.

A primeira seção tem o intuito de demonstrar que a movimentação comercial vivenciada em Taubaté, a partir do segundo decênio do dezenove até o meado da década de 1830, assenta-se em boa medida na participação de pequenos produtores que vinculados às atividades de criação, produção de alimentos, plantação de café, e outras atividades, dinamizam a vida econômica local no momento anterior à brusca expansão cafeeira.

A segunda, tendo como eixo o ano de 1835, procura evidenciar, a partir da análise dos fogos componentes do mundo rural local, que as atividades ligadas à produção de alimentos tem forte vínculo com as unidades produtivas baseadas no trabalho familiar e, como tal, são caracterizadas por forte heterogeneidade produtiva.

O capítulo termina com a composição da estrutura civil dos fogos envolvidos com as atividades de produção de alimentos, salientando a importância ímpar do casamento como forma de reprodução das unidades destituídas do trabalhador cativo e envolvidas com o mercado local.

3.1. Agricultura de alimentos e a diversidade de atividades entre os anos de 1817-1835.

O período entre 1817 e 1835 marca novas transformações no quadro econômico taubateano. Transformações operadas, ao que veremos, pelos mesmos agentes analisados no capítulo anterior, pequenos produtores envolvidos com a agricultura de alimentos e outras atividades.

O café surge em Taubaté na virada do dezoito para o dezenove. Mas é a partir dos primeiros anos da década de 1820 que o café aparece como mais um alternativa comercial aos agricultores e criadores de Taubaté.

O bom negócio em que se tornou a produção de café pode ser observado pelo crescimento dos fogos envolvidos em sua produção (Tabela 9). Entre 1817 e 1822, o número de fogos envolvidos com o seu cultivo subiu de 1 para 48 produtores. É um aumento considerável para se acreditar que se trate, já nesse momento, de grandes produtores. Se considerarmos (Tabela 9) que em 1822, 66,6% dos fogos envolvidos com o café não tinham escravos fica claro que o plantio da rubiácea ainda é coisa de pequenos produtores.

Em Lorena a situação é similar à de Taubaté. Renato Marcondes afirma que num primeiro momento, os maiores envolvidos com o plantio de café foram os pequenos produtores, esperançosos por angariar mais recursos com a nova cultura. Marcondes observa ainda que o envolvimento de produtores de maiores cabedais vai se dar somente quando o café demonstrar ser um produto de boa viabilidade econômica.¹⁷²

¹⁷²MARCONDES, 1998, p. 70.

Tabela 9. Evolução dos fogos produtores de café, quando esta é sua principal fonte de rendimentos em relação a produção total.

ano	nº fogos	%	nº escr.	%	fogos s/ escr.	fogos c/ escr.	% c/ escr.	média
1798	2	0.1	1	0.1	1	1	50.0	1.0
1803	0	0.0	0	0.0	0	0	0.0	0.0
1808	1	0.1	0	0.0	1	0	0.0	0.0
1812	4	0.2	55	3.3	2	2	50.0	27.5
1817	1	0.1	0	0.0	1	0	0.0	0.0
1822	48	2.9	143	8.0	32	16	33.3	8.9
1825	73	4.2	576	28.4	28	45	61.1	12.8
1830	196	10.0	875	37.4	109	87	44.4	10.1
1835	413	25.7	1291	58.7	247	166	40.2	7.8

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, apud. Rangel, op.cit, pp. 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401.

Pesquisas já demonstraram que muitos cafeicultores paulistas tiveram suas fortunas formadas a partir do acúmulo ao longo do tempo e que, não raras vezes, emergiram inicialmente do cultivo da agricultura voltada para o abastecimento.¹⁷³ Entretanto, a transferência da atividade de abastecimento para o cultivo preponderante de café não foi coisa possível a todos os agricultores. Nessa medida, à grande maioria dessas populações restou continuar cultivando café aliado aos gêneros alimentícios, uma vez que o cultivo da rubiácea possibilitava um incremento da renda familiar. Não podendo substituir, entretanto, toda a produção de alimentos que era mantimento necessário à reprodução da família.

¹⁷³MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. Tese (Livre docência em História) - FFLCH/USP, 1974; HOLANDA & MAIA; SCOTT; MARCONDES, 1998.

Desta maneira, nem todos que cultivavam alimentos se tornaram cafeicultores apesar de produzirem café, e ser este, muitas vezes, sua principal fonte de renda.

Essa situação fica evidenciada ao se observar que num momento em que Taubaté é uma grande exportadora de café a maior parte dos agricultores não está exclusivamente voltada para essa cultura. Vinte anos após 1835, em Taubaté, a grande maioria dos agricultores continuavam vinculados a outras atividades que não a cafeeira, embora alguns continuassem a cultivar a rubiácea paralelamente à outras atividades.

Em pesquisa sobre *“Pobreza e conflito em Taubaté”* Soto observa que, em 1855, “...a maioria dos lavradores do município, possuía até três escravos ... e, conseqüentemente via-se (sic) obrigada a trabalhar com as próprias mãos”.¹⁷⁴ Desses lavradores, uma parte respondia por 1% do café produzido na localidade, produzindo os demais outras atividades na periferia do sistema. Atividades que por estarem na periferia não significavam marginais, considerando que estavam envolvidas numa embricada trama econômica local, respondendo em momentos diferentes tanto pelo abastecimento das camadas que não tinham como fazê-lo, como ofertando sua mão-de-obra em tempos de colheita, bem como, alimentos às fazendas produtoras de café.¹⁷⁵

Como salientado por Marcondes para o caso de Lorena, em Taubaté o envolvimento de grandes produtores com o cultivo da rubiácea vai acontecer quando sua viabilidade econômica for garantida. Interessa saber se nessa

¹⁷⁴SOTO, p.10.

¹⁷⁵SOTO, p. 10.

primeira fase seria correto afirmar que os pequenos produtores de café no Município de Taubaté são cafeicultores.

Como demonstrado no capítulo anterior, os criadores de porcos de Taubaté, em sua maioria, eram na verdade pequenos produtores envolvidos com a produção de gêneros alimentícios voltados para o próprio consumo e do mercado interno.¹⁷⁶ Isto é, eram agricultores que criavam porcos, e não, simplesmente, pecuaristas. Salientei que esse envolvimento se deu tendo em vista as boas perspectivas de mercado colocadas para a criação desse animal, bem como, os baixos custos envolvidos na sua reprodução e a possibilidade, então, de que pequenos produtores pudessem se vincular a tal atividade sem, no entanto, abandonar a produção de alimentos.

A evolução dos fogos envolvidos com a produção de café, entre 1817 e 1835, aproxima-se, no que toca aos seus produtores, à estrutura encontrada entre os criadores de porcos na fase anterior à expansão da rubiácea. Isso significa dizer que os envolvidos na produção cafeeira, neste primeiro momento de seu cultivo, são em sua maioria pequenos produtores e não produzem apenas café.

Segundo Rangel, assim como no caso da cana entre os produtores de café, predominavam os pequenos volumes produzidos. “No período de 1817 a 1835, 858 domicílios declararam vendas de até 100 arrobas; 83 domicílios de 100 a 500 arrobas e apenas 14 acima de 500 arrobas”.¹⁷⁷ Segundo os dados

¹⁷⁶MONTEIRO, *esp.* cap. I - 2. Criadores e agricultores.

¹⁷⁷RANGEL, p. 133.

do Rangel, apenas 10% do total poderiam ser considerados grandes produtores.

Tabela 10 - Média de produção por fogo segundo tamanho de plantel, Taubaté, 1835.

faixa de tamanho de plantel	Café/@ méd. prod.	milho/alq. méd. prod.	feijão/alq. méd. prod.	arroz/alq. méd. prod.	porco/cab. méd. prod.
1 a 5	54,17 3.738	52,54 4.466	11,57 1.042	24,34 2.167	8 80
6 a 10	84,85 1.691	73 1.460	16,62 532	34,18 752	12,57 88
11 ou mais	350 5.260	137,22 2.470	37,76 642	102,94 1.750	11 22
sem escravos	18,40 3.754	26,83 10.815	6,56 2.444	14,22 6.045	4,35 174
Total	14.443	19.211	4.434	10.714	364

Fonte: Lista Nominativa de 1835. Arquivo do Estado de São Paulo.

obs: alq. - alqueire; @ - arroba; cab. - cabeça.

Ao se observar o ano de 1835, percebe-se, segundo a Tabela 10, que os fogos sem escravos eram responsáveis por quase 26% do café produzido na localidade e representavam 67,1% dos produtores de café (Tabela 11). Se agregarmos a esses cultivadores de café sem escravos os possuidores de até 5 cativos, temos que eles respondem por mais da metade de café produzido no Município, ou, 51,8% do total.

Esses fogos que produziam café e tinham até 5 escravos (Tabela 11) representavam 69% do total de fogos com escravos. Desta maneira, os produtores de café, em Taubaté nesse momento, são em sua maioria não detentores de escravos ou possuidores de pequenos planteis.

Tabela. 11. Número de fogos por produto e plantel possuído. Taubaté, 1835.

produtos	total de fogos	sem escr.	%	1 a 5 escr.	6 a 10 escr.	+ de 10 escr.	total fogo/escr.	%
Café	304	204	67,1	69	20	11	100	32,8
Milho	526	403	76,6	85	20	18	123	23,3
Feijão	525	397	75,6	90	21	17	128	24,3
Arroz	553	425	76,8	89	22	17	128	23,1
Porcos	59	40	67,7	10	7	2	19	32,2

Fonte: Lista Nominativa de 1835. Arquivo do Estado de São Paulo.

Considerando os dados, pode-se dizer que, nesse primeiro momento da expansão cafeeira, predominavam os pequenos produtores. Entretanto, poderíamos chamá-los de cafeicultores?

Examinando os domicílios cultivadores de café, de alimentos e de criadores de porcos no período entre 1817 e 1835, o que se destaca é um universo de pequenos produtores que se dedicam ao cultivo de alimentos (para o mercado ou não) aliados à criação de porcos bem como ao plantio de café. Não são cafeicultores ou pecuaristas ou agricultores de subsistência, são roceiros. Porque exercem inúmeras atividades típicas da zona rural, tirando delas seu sustento e fazendo delas sua vida. Não estando, destarte, vinculados a essa ou àquela atividade determinada *a posteriore* pelo pesquisador.

A análise mais detida dos dados nos permitirá entender melhor o que se fala.

A Tabela 6 deixa ver um movimento de queda a partir de 1820 nas vendas do mercado interno, puxado pela pecuária que é acompanhada por uma alta nas vendas para exportação. Os bons ventos no mercado exportador

se dão por conta das vendas de café, considerando que o açúcar, o fumo e o algodão encontravam-se em baixa comercial,¹⁷⁸ o que não significa, entretanto, a sua ausência do mercado.

A participação de pequenos produtores de alimentos no cultivo do café fica melhor delineada ao se notar que de 1817 a 1835 o número de fogos sem escravos, que também produziam a rubiácea, sobe de 1 para 247 (Tabela 9) o que demonstra a viabilidade comercial desse produto para os agricultores de menor envergadura.

A oportunidade de acumular recursos que o café possibilita está assentada no fato de que, entre 1817 e 1835, o número de fogos possuidores de cativos e cultivadores dessa planta saltou de 0 para 166 (Tabela 9). Percebe-se o quanto era importante para os proprietários de fogos de menores recursos o envolvimento com a venda de café nesse momento.

É possível que, enquanto possibilidade de acumular, o café não fosse diferente para os pequenos produtores da criação de porcos. Sem dúvida, o café torna-se sedutor enquanto um produto de boa saída comercial o que é confirmado pela Tabela 9.

Entretanto, até que ponto se pode considerar que essa nova atividade é o centro dinâmico fundamental para esses que passei a chamar de roceiros.

Muitas vezes, observar a evolução das atividades comerciais no seu todo acaba por esconder minúcias, que no meu caso são importantes. A Tabela 6 nos mostra uma involução das vendas do mercado interno a partir de

¹⁷⁸RANGEL, pp. 124, 131, 132.

1817/1820 em oposição a retomada do crescimento das exportações a partir de 1820/1822.

A análise da produção em Taubaté por produto talvez ajude melhor a entender essa variação do mercado externo e interno no Município. Diga-se, que estarei chamando a atenção, em especial, para os pequenos produtores.

As vendas de aguardente, que tinham sido declinantes até 1815, se recuperaram a partir de 1817, atingindo sua maior alta em 1835, com 6,9 % do total das vendas do Município. O crescimento dos pequenos produtores de aguardente - os produtores de até 20 barris - entre 1817 e 1835 é notável, foi de 340%, enquanto os produtores de mais de 50 barris, os grandes produtores, foi de apenas 12,5%.¹⁷⁹

É bom lembrar, que a produção de aguardente dos pequenos produtores, em 1817, equívaleu a 26% do que foi produzido na localidade. Enquanto em 1835, esse total chegou a quase 60% do total produzido em Taubaté.¹⁸⁰

Analisando o quinquênio 1830-1835, no que toca às outras possibilidades comerciais, bem se vê a não exclusividade do café. Os fogos envolvidos com o autoconsumo (Tabela 4) diminuíram de 1.081 para 494, entre os anos acima mencionados.

Essa situação pode significar a catalogação deles como produtores de café, tendo em vista o número ascendente dos fogos envolvidos com a produção cafeeira (Tabela 9). Entretanto, a evolução dos fogos produtores da

¹⁷⁹O total produtivo em 1817 e 1835, foi, 569 e 1.871 barris, respectivamente. RANGEL, Tab. 3. 9, p. 127.

¹⁸⁰RANGEL, Tab. 3.9, p. 127.

rubiácea, que variaram de 196 em 1830 para 413 em 1835, não foi grande o suficiente para incluir todos os fogos que deixaram de ser catalogados como provenientes da atividade de autoconsumo. O que se quer dizer é que entre 1830 e 1835, 587 fogos deixaram de ser catalogados como de autoconsumo. Ao passo que nesse mesmo quinquênio, apenas 217 fogos foram catalogados como cafeicultores. Temos, assim, um déficit de 370 fogos que, certamente, foram catalogados em outras atividades. São eles que me interessa evidenciar.¹⁸¹

Analisando o período, entre 1830 e 1835, observa-se o aumento de 11 para 24 fogos (Tabela 5) entre os produtores de víveres para o mercado e que não possuíam a mão-de-obra cativa: um aumento de 218%. Enquanto o aumento dos fogos possuidores de pelo menos um escravo foi de 750% ou, de 2 fogos em 1830 para 15 em 1835 (Tabela 5).

Deve-se dizer que a situação descrita acima espelha os índices de venda verificado no período em questão. Isto é, a evolução do índice de venda de alimentos no período 1830/1835 é de 7,9 e 45,2 respectivamente (Tabela 6). O aumento dos fogos produtores de alimentos (Tabela 5) para o mercado foi de 300%, entre os anos considerados.

Não se deve desconsiderar, por outro lado, a possibilidade desses produtores estarem incluídos entre os envolvidos com a pecuária suína. É uma possibilidade bastante razoável, posto que os fogos criadores de 20 a 50 cabeças de porcos deixaram de existir entre 1830 e 1835 (Tabela 7). Os

¹⁸¹A possibilidade de que uma parte desses fogos tenham deixado de existir por conta de migrações internas deve ser considerada, embora eu não tenha condição de analisá-la.

criadores de mais de 50 cabeças de porcos baixaram de 3 fogos para 1 nesse interregno. Enquanto os fogos criadores de até 20 cabeças, ou seja, os pequenos criadores, aumentaram de 46 para 84. Aumento de quase 83%. É interessante observar que se em 1830, os pequenos criadores foram responsáveis por 30% dos porcos presentes no mercado, em 1835 responderam por aproximadamente 85% do total (Tabela 7)

Bem se vê que embora o café apareça como uma possibilidade bastante razoável de investimento por parte dos pequenos produtores, certamente, não era a única opção. E é justamente por não ser a única opção que era cultivado e aliado a outras culturas.

A dinâmica populacional e comercial da região, nessas primeiras décadas do dezenove, era um estímulo ao envolvimento com inúmeras atividades. Fazer um chiqueiro, para a criação de alguma dezena de porcos, ao lado de boa quantia de pés de café cultivado em harmonia com os gêneros próprios para o abastecimento, não devia ser coisa das mais difíceis para uma boa parcela dessa população.¹⁸²

Ao analisar a gênese cafeeira em Lorena, assim expressa Marcondes.

*A introdução do café na região de Lorena começou pelos domicílios dos produtores de subsistência no início do século XIX. Tal associação parece-nos tão forte, que apenas eventualmente um cafeicultor não produzia os bens de subsistência, não somente na aludida fase de introdução, como na posterior.*¹⁸³

¹⁸²Martins, em estudo sobre os pequenos produtores de alimentos em Campinas -1800/1850 -, observa que a "...produção de alimentos, anterior ao estabelecimento da economia exportadora (açúcar)(...), posteriormente passou a conviver com a mesma, recebendo desse contato uma nova dinâmica, juntamente com a presença de engenhos" MARTINS, p. 25.

¹⁸³MARCONDES, 1998, p. 66.

O que me parece, pelo menos na fase de introdução do café em Taubaté, é que foram os produtores de “subsistência” que passaram a também produzir café e não o contrário. Isso quer dizer que aqueles que eventualmente não produzem bens de subsistência e plantam preponderantemente café é que são cafeicultores.

A classificação dos fogos, a partir da principal renda monetária, acaba por esconder a verdadeira “identidade” do roceiro. Esse homem rural que praticava inúmeras atividades à medida em que elas se faziam rendosas ou simplesmente por serem necessárias. As atividades na roça, em geral, têm a vantagem de permitir o deslocamento das pessoas que nela vivem. Na zona rural, nada é sumamente importante que não possa por algum tempo esperar, nem demasiado desprezível para ser de todo abandonado.

Brandão faz a mesma observação:

Desde o século XVIII, quando por posse ou compra alguns deles (sitiantes) se convertem nos primeiros pequenos proprietários camponeses reconhecidos, até os dias de hoje, os sitiantes ao mesmo tempo em que constituem a força de trabalho historicamente mais estável e produtiva do Alto Paraíba, são a categoria de produtor rural que biograficamente mais oscila: do trabalhador familiar autônomo ao também meeiro ou arrendatário e, não raro, ao camarada esporádico.¹⁸⁴

Essa variação nos modos de se vincular ao trabalho pode significar o olhar atento às oportunidades que pudessem surgir. Ao homem pobre e livre, o trabalho, em suas variadas formas, lhe dá a identidade que o caracteriza.¹⁸⁵

¹⁸⁴BRANDÃO, p. 32.

¹⁸⁵BRANDÃO, esp. Cap. 1

É limitador classificar um homem da roça por uma única atividade que exerça. Dificilmente, naquele Brasil de antanho, um homem rural não estará envolvido com mais de uma atividade, é a essência da zona rural a vida profissional diversificada.

O mesmo homem, e certamente também as mulheres, plantam as fileiras de feijão e o eito de milho. Matam o porco no punhal e os comerciam à beira das estradas. Derrubam a mata e colhem café alheio. Fazem horta na roça e feira na cidade.

Estão aqui e acolá. Um evento que pudesse atrair grande número de pessoas era suficiente para deslocar roceiros envolvidos também com o comércio. Uma nova tropa que chegasse à localidade ou se avizinhasse da região causava furor no comércio local. E também por isso anunciava a Câmara Municipal de Taubaté ainda em 1863.

“Posturas. A Câmara de Taubaté resolve:

“Art. 5º. Todas as pessoas que comerciarem na praça do mercado ou quitanda desta cidade, estarão munidas de licença da Câmara pela qual pagarão 6\$000 réis anualmente - Os infratores sofrerão a multa de 6\$000 réis, sempre que se apresentarem não munidos da licença até que as tirem.

“Art. 6º. São isentos desta licença e imposto - os produtores que alli venderem diretamente os frutos de sua produção...” Paço Da Municipal de Taubaté, 13 de abril de 1863. *O Taubateense*.¹⁸⁶

Afora o próprio problema em classificar as atividades dos pequenos produtores vinculados a produção de alimentos é, o fato de que, ao denominar esses ou aqueles como pecuaristas ou qualquer outra denominação conveniente, é como se os estudiosos não considerassem terem feito outra coisa antes, ou como se não continuassem a fazê-lo. Parece-me que na

maioria dos casos, em Taubaté, os ditos pecuaristas e os cafeicultores são na realidade, nesse momento, homens dedicados à agricultura de alimentos.

A partir do exposto é possível dizer que não é o pequeno agricultor de alimentos, muitas vezes considerado produtor de subsistência, fora do mercado que ora desaparece ou aparece na paisagem agro-exportadora sem se dar conta das oportunidades à sua volta. É o olhar do historiador que não percebe, no mais das vezes, a mutação desse tipo social numa sociedade também mutante, e reduz *a posteriori* a diversidade e a peculiaridade econômica dessa população. Acabam, dessa maneira, por engavetar em compartimentos (pecuária, auto-consumo, etc), frações inteiras da população, a partir de critérios que estreitam o seu entendimento. Desconsiderando a gama diversificada de atividades à que estavam envolvidos essas populações rurais.

Ao longo do tempo o envolvimento dos roceiros em meio às inúmeras atividades componentes do mundo rural, põe em relevo o quanto lhes era possível de estarem produzindo para seu sustento e comércio, e que nenhuma atividade nem outra amarrava o agricultor numa posição invariável só possível de ser mudada por conjunturas exógenas à sua própria realidade.

Se os produtores de autoconsumo passam a criar porcos, como foi demonstrado, certamente não deixam também de continuar plantando alimentos para a sua própria subsistência, ou vendendo seus produtos quando lhes era possível fazê-lo.

¹⁸⁶Jornal *O Taubateense*. 13 de Abril de 1863.

É sabido, que para os menos aquinhoados, a possibilidade de ganhar maiores vinténs não era desperdiçada. A criação de porcos ou o cultivo eventual de café é, nesse sentido, uma grande oportunidade, que movimenta uma grande massa de pequenos produtores, possuidores de uma lógica comercial própria, mas que não se privam de envolver-se em novas atividades agrícolas e comerciais.¹⁸⁷ A localidade de Taubaté é antiga e, sua população há muito já acostumada às relações sociais de comércio, posto estar à beira de rotas comerciais importantes. Desta maneira, não se deve subestimar a dinâmica social e econômica de uma gente já acostumada as possibilidades ou não de comerciar.

Ocorre que os estudiosos, ao dividirem os fogos - especialmente quando se trata dos pequenos produtores - acabam por relegar a um plano secundário as atividades voltadas para a agricultura de alimentos, pois transformam a heterogeneidade produtiva dos fogos em unidades especializadas (cana - café - subsistência - pecuária etc).

É importante uma certa flexibilidade ao analisar as informações contidas nas Listas Nominativas, posto que o aparente pode esconder outras possibilidades do real, como é possível observar no caso abaixo:

*Francisco Ferreira de Alvarenga 41, branco e casado, agricultor.
Planta para sua sustentação.¹⁸⁸*

¹⁸⁷NOZOE, N. & MOTTA, J. F. Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829). *locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 5, nº1, p. 51-84, 1999.

¹⁸⁸Lista Nominativa, 1829, rolo 211, Taubaté. Arquivo do Estado.

O caso em questão não explicita nenhum tipo de produção mas deixa claro que o cabeça do fogo é classificado como agricultor e que produz para auto-consumo. Se a principal renda monetária é o que define a qualidade do domicílio, a partir da informação contida na Lista, poderia colocá-lo no grupo dos produtores de autoconsumo. Entretanto, a informação, por mim omitida, de que possui 24 escravos não possibilita tal procedimento. Se considerarmos o fato de que seus escravos possuem entre 11 e 45 anos, isto é, em idade plena para o trabalho, fica difícil considerar que tal quantidade de escravos exista somente para a manutenção do autoconsumo do fogo em questão.

Enfim, fica claro que informações foram omitidas, seja da parte do recenseador ou do agricultor ou, dos dois. O que deixa claro que, embora, as Listas Nominativas sejam um documento importante para se traçar o movimento econômico dessas populações, principalmente quando ela é aliada a outros documentos, deve haver sempre um olhar atento do pesquisador aos dados nelas contidos, posto que nem sempre são reveladores do real.

3.2. Agricultores, produção e mão-de-obra. O ano de 1835.

Em 1835 o universo agrícola taubateense era composto por 689 fogos. Estou considerando apenas aqueles que afirmam, na Lista Nominativa de 1835, como sendo agricultores ou ainda aqueles que embora não deixem explícito serem lavradores, possibilitam vê-los como tal, tendo em vista suas atividades claramente agrícolas.

Dos 1.707 fogos existentes em Taubaté, em 1835, 689 fogos, ou 40% deles têm na agricultura sua principal atividade. A população total de pessoas

livres em Taubaté nesse ano é de 7.275.¹⁸⁹ Dessas, 3.334 pessoas ou 46% do total estão inseridas nos fogos caracterizados pela agricultura.

A população escrava nessas unidades chegava a 821 almas espalhadas por 154 fogos, ou, 22,3% do total.¹⁹⁰

A presença no mercado de alimentos vegetais por unidades que têm no trabalho familiar sua base, bem se vê pelo espaço que ocupava no total do que era produzido em Taubaté. Isso significa dizer que 19.304 alq. ou 56% de toda a produção de milho, feijão e arroz (Tabela 10) foram produzidas nas propriedades dos não detentores de mão-de-obra escrava.

Tabela 12. Relação dos fogos por conjunto de atividades e plantel possuído. Taubaté, 1835.

Produtos	total de fogos	sem escr.	%	1 a 5 escr.	6 a 10 escr.	+ de 10 escr.	total fogo/escr.	%
milho, feijão e arroz	428	320	74,7	73	19	16	108	25,2
milho, feijão, arroz e café	182	109	59,8	46	15	12	73	40,1
milho, feijão, arroz e porco	40	38	95	6	5	1	12	30

Fonte: Lista Nominativa de 1835. Arquivo do Estado de São Paulo.

Por sua vez, os produtores de milho, feijão e arroz e que também cultivavam café somam o total de 182 fogos, dos quais, quase 60%, não possuem escravos (Tabela 12). Esses fogos respondem por cerca de 26% de todo o café produzido na localidade (Tabela 10). Isto significa, a presença da mão-de-obra familiar nessas lavouras e evidencia a associação de uma atividade voltada para o mercado de longa distância com outra destinada ao

¹⁸⁹RANGEL, p. 362.

mercado interno. Tanto numa como na outra tem-se na mão-de-obra familiar sua sustentação.

Outro exemplo do que se diz, é a criação de porcos que tem um caráter nitidamente comercial, considerando que somente em dois casos dos fogos criadores os porcos não tinham sido vendidos. É interessante observar que a plantação de feijão, arroz e milho, aliada à criação de porcos não está caracterizada pela presença de fogos com escravos. Basta dizer que, dos 40 fogos envolvidos nessas duas atividades, apenas 6 tinham de 1 a 5 escravos. O caso chama a atenção para a conliação de atividades diferentes e exercidas nos mesmos domicílios. Vejamos um exemplo:

*Ignácio de Tal, 31 anos, casado, lavrador de roça.
Filhos: 4. Produz , feijão 8 alq. 10\$000; arroz 12 alq. 12\$000; capado 6 cab.
60\$000. Planta para a sua subsistência. Sabe e pode carpir lugar
público.¹⁹¹ Não possui escravo.¹⁹²*

O baixo número de escravos em um percentual pequeno de fogos revela a importância dos filhos na composição do trabalho nesse domicílios.

Para melhor demonstrar a participação produtiva dos livres e dos escravos nas unidades produtivas, fiz a seguinte divisão. Relacionei o número de filhos pela quantidade de escravos e produção exercida em cada fogo. Essa relação se dividiu em três partes.

I) buscou-se separar aqueles fogos que tinham filhos e que, não possuíam escravos, separados da seguinte maneira: Primeiro verificou-se quantos fogos havia de 1 a 5 filhos. Depois computou-se sua produção total de

¹⁹⁰Lista Nominativa, 1835, rolo 212, Taubaté. Arquivo do Estado.

¹⁹¹Lista Nominativa, 1835, rolo 212, Taubaté. Arquivo do Estado. Unidade de medida do feijão e arroz em alqueire, capado por cabeça, moeda em réis.

feijão, milho e arroz. Num segundo momento, se verificou entre aqueles que tinham até cinco filhos, quantos possuíam de 1 a 5 escravos e sua respectiva produção total dos gêneros citados. Da mesma forma, para aqueles que tinham de 6 a 10 cativos e com aqueles que tinham mais de 11 escravos.

II) Ao segundo momento corresponde o mesmo princípio. Isto é, foram separados os fogos que tinham entre 6 e 10 filhos e, sem escravos; depois os que, tendo os filhos citados, possuíam entre 1 e 5 cativos, 6 e 10 e mais de 11 escravos, com suas respectivas produções de feijão, arroz e milho.

III) No terceiro momento foram selecionados os fogos que tinham mais de 11 filhos e sua respectiva produção de milho, feijão e arroz. Depois quantos fogos com esse total de filhos e que possuíam de 1 a 5 escravos e sua respectiva produção; o mesmo fazendo com aqueles que tinham de 6 a 10 escravos e mais de 11 escravos.

Tabela 13. Relação de produção dos fogos com filhos e escravos em relação ao total, Taubaté. 1835.

Produto	Produção/fogos com filhos sem escravos	%	Produção/fogos com filhos e escravos	%	Total
milho (alq.)	9.462	58,7	6.654	41,2	16.116
feijão (alq.)	1.992	54,4	1.667	45,5	3.659
arroz (alq.)	4.775	49,6	4.837	50,3	9.612
Total (alq.)	16.229	55,2	13.158	44,7	29.387
Total/ fogos	397	78,6	108	21,3	505

Fonte: Lista Nominativa, Taubaté, 1835. AESP.

Antes de iniciar a análise proposta acima, devemos observar que pouco mais de 55% da produção de alimentos agrícolas produzidos em

¹⁹²Grifo meu.

Taubaté em 1835 foi realizada por fogos com filhos e sem escravos. Esses fogos representavam, no universo considerado, 78,6% do total de fogos que produzem alimentos tem filhos e/ou escravos.

Embora a os fogos sem escravos tenham realizado uma produção de mantimentos superior aos domicílios com escravos, não se deve desconsiderar que a mão-de-obra cativa nessas unidades era de fundamental importância, posto que, a sua presença permitia a liberação de uma parte que fosse do trabalho familiar para o desempenho de outras funções.

Dos 452 fogos cujos declarantes possuíam de 1 a 5 filhos, 355 não tinham escravos. Esses 355 domicílios foram responsáveis pela produção de 12.101 alq. de feijão, arroz e milho. Dessa amostra em 30 fogos não havia informação da produção de mantimentos.

Considerando a produção total dos fogos, segundo a Tabela 13, de 29.387 alq., os 355 fogos entre 1 e 5 filhos e sem escravos produziram 41% do total de feijão, arroz e milho do Município.

Entre os 452 fogos que possuíam de 1 a 5 filhos, em 71 casos aparece detentores de 1 a 5 cativos. Fazem parte dessa amostra 5 fogos que nada produziram. A soma da produção de arroz, feijão e milho desses 66 fogos foi de 6.952 alq, o que significa 42% de tudo o que foi produzido nos fogos sem a força de trabalho escravo. Nota-se, a importância da mão-de-obra escrava nesses domicílios envolvidos com a agricultura de alimentos.

Os estudos de Bacellar sobre família e sociedade em Sorocaba, revelam que era um fator diferencial na produtividade total a aquisição da mão-de-obra escrava. O milho, que era a base da alimentação de tropeiros e tropas, tinha

sua colheita aumentada de maneira substancial pelo acréscimo de mão-de-obra cativa. O feijão, que era a dieta básica da população em geral, respeitava tendência semelhante, embora com "patamares de disponibilidade de braços um pouco mais elevados".¹⁹³

Segundo Bacellar, no intuito de adquirir um cativo, e o preço era um obstáculo às camadas pobres, a possibilidade se efetivava com a

*aquisição de crianças escravas. Alguns domicílios optavam por adquiri-las, provavelmente por ser o único caminho disponível para se ascender a posse de um cativo, mesmo que fosse necessário aguardar que atingisse uma idade onde fosse capaz de participar efetivamente da força de trabalho.*¹⁹⁴

Numa sociedade de cunho aristocrático, onde a posse de cativos era um diferencial social, não é difícil supor que estas duas dimensões da vida (a econômica e social) se interpusessem como elementos a integrarem o imaginário dos homens livres, criando a expectativa de que com a posse de um escravo ascender-se-ia à escala social. A posse de escravos não impunha diferença apenas entre o senhor e seu escravo, diferencia também os indivíduos livres entre si. Um maior número de escravos possibilita maiores safras e cria a oportunidade de colocá-las no mercado local/regional ou exportador.¹⁹⁵

Deve se observar, entretanto, que o tamanho da unidade produtiva é um limitador à expansão da mão-de-obra. É esse o caso das unidades agrícolas voltadas para o amanho da agricultura de alimentos. A partir de um dado

¹⁹³ BACELLAR, p. 128. ver gráficos, pp. 129-130.

¹⁹⁴ BACELLAR, p. 127.

¹⁹⁵ ALVES, pp. 4-5.

momento, um grande número de bocas de uma mesma unidade para se alimentar pode comprometer a produção e deixar de ser um elemento a somar na produção total.

Vejamos, agora, os fogos com até cinco filhos e detentores de 6 a 10 cativos. Dos 16 fogos nessas condições o resultado da produção dos mantimentos (arroz, feijão e milho) foi de 1.523 alq., ou 9,3% do que foi produzido nos fogos não possuidores de cativos. Em apenas 1 fogo nada foi produzido.

O número de fogos com mais de 11 escravos, e com até cinco filhos, chegou ao total de 10. Destes, em apenas 1 não se constatou nenhuma produção. Por outro lado, os 9 fogos restantes produziram um total de 1.844 alq. de milho, feijão e arroz e que, em termos percentuais, eqüivale a 11,3% do total produzido entre os fogos com filhos e sem escravos (Tabela. 13).

A partir de agora a análise focalizará os fogos que possuíam de 6 e 10 filhos além dos que tinham entre 6 e 10 filhos e também escravos.

Os fogos, de 6 a 10 filhos, totalizaram a quantia de 92 unidades. Desses, 71 não possuíam escravos. Em 6 deles não se constatou produção. Afora os 6 fogos que nada produziram no ano de 1835, os 65 domicílios restantes produziram um total de 3.676 alq. de feijão, milho e arroz. Quantia esta que chegou a aproximadamente 23% dos 16.229 alq. produzidos entre todos os fogos que tinham filhos e não possuíam escravos (Tabela 13).

Ao se considerar os fogos com filhos entre 6 e 10 e 1 a 5 escravos, os números são os seguintes: Primeiro, em 12 fogos encontram-se as condições estabelecidas. Em 1 fogo nada se produziu. O total alcançado pelas 11

unidades foi de 980 alq. de mantimentos o que equivale a 26,6% do que foi produzido pelos 71 fogos que não possuíam escravos e tinham entre 6 e 10 filhos.

Dos 92 fogos, com 6 a 10 filhos, em 5 deles encontrou-se possuidores de 6 a 10 escravos. É interessante observar que, desse total de fogos, em 1 não havia produção. O total de mantimentos produzidos foi de 419 alq., ou, 11,3% do total de 3.676 alq. produzidos entre os fogos possuidores de 6 a 10 filhos e sem escravos.

Enfim, em apenas 3 fogos, desta série que contém entre 6 e 10 filhos, havia a presença de mais de 11 escravos. O caso em questão, pelos números, sugere tratar-se de produtores de maior envergadura. Esses agricultores respondiam por 39,1% do total produzido pelos fogos possuidores de 6 a 10 filhos e não detentores de cativos. Por outro lado, respondiam por, aproximadamente, 9% da produção dos fogos com filhos e sem escravos (Tabela 13)

Finalizando, a relação filhos/escravos/ produção, temos, por fim, que dos fogos com mais de 11 filhos nenhum têm escravo. Em 2 fogos não há constatação de produção. Dos 9 domicílios restantes, a produção foi de 452 alq. de feijão, arroz e milho. Isso equivale a quase 3% do que foi produzido no total de fogos sem escravos e com filhos (Tabela 13). É interessante notar que, neste caso, a produção foi maior que aquela com fogos de 6 a 10 filhos e possuidores de 6 a 10 cativos que ficou em 419 alq. Observa-se nesse caso, a possibilidade de que a quantidade numerosa de pessoas no domicílio acaba pesando desfavoravelmente no total produtivo de alimentos.

É mister dizer que também havia fogos que não tinham filhos, e é exatamente nesse exemplo que se observa o quanto a presença de filhos era um fator extremamente importante como elemento de reprodução das unidades produtivas. Assim, 120 fogos não possuíam filhos, desse total, em quase 70%, ou 83 fogos, não há presença de escravos. O que sugere o fator filho como uma possibilidade de adquirir escravo ao longo do tempo. Essa ausência de filhos pode explicar, por outro lado, o fato de que em 24% desses domicílios nada foi constado como produzido.

Desses 120 fogos, em 8 deles observa-se a presença de até 5 escravos, entretanto, nada há de produzido. À exceção de 1 que aparece a produção de farinha. Somente 1 fogo aparece com 10 escravos, entretanto, à exceção de 30 arrobas de café, também não há produção.

Essa percentagem de 24%, entre os fogos que não possuem filhos, e que nada se constata como produzido é bastante significativo, inclusive, é a mais alta de toda a amostra. Evidenciando, dessa maneira, que a presença de filhos, se não tem uma importância determinante quando há a presença de escravos, ela se torna de suma importância quando o fogo está em fase de formação enquanto uma unidade produtiva.

O resultado produtivo dos 397 fogos que possuíam filhos sem, no entanto, terem escravos alcançou o total de 16.229 alq. Ao passo, que a produção alcançada entre aqueles, que tendo filhos, também possuem mão-de-obra escrava totalizou a quantia de 13.158 alq. em 108 fogos (Tabela 13).

Uma vez feita essa dissecação da produção de alimentos em 1835, é interessante compará-la com a produção realizada em 1774, que expusemos

no capítulo anterior, para melhor enxergarmos a evolução produtiva nesse período de 61 anos.

A participação dos pequenos produtores na produção de alimentos em 1835, continua preponderante em relação ao total.

A produção de feijão (Tabela 13), no ano de 1835, nas propriedades não detentoras de cativos foi de 2.444 alqueires, isso representa mais de 55% do total produzido na localidade, que foi de 4.434 alqueires. Se agregarmos à produção dos fogos sem escravos a produção dos fogos com até cinco cativos, o índice de participação das pequenas unidades chega até 78,6% da produção total, um pouco mais elevado que o índice de 1774 que foi de 77% do total.

O caso do arroz é o mais surpreendente. A produção cresceu, no período 1774-1835, 722% (Tabelas 2 e 13). O aumento mais significativo foi entre os fogos detentores de até cinco cativos em 1835 que aumentaram a sua produção em relação a 1774 em 652%.¹⁹⁶

Levando-se em consideração que em 1835, apenas 16% ou, 89 fogos produziram arroz e tinham de 1 a 5 escravos (Tabela 11) devemos considerar a possibilidade de uma especialização produtiva no que toca a esse produto.

Por outro lado, embora tenha havido um grande crescimento produtivo dos fogos com até cinco cativos, a maior representação no todo da produção em 1835 ficou por conta dos não detentores de mão-de-obra escrava, que abarcaram 56% de todo o arroz produzido em Taubaté; evolução de 10% em relação a 1774, quando produziram 46% do arroz do Município.

¹⁹⁶ Acrescento que essa comparação é aproximada tendo em vista que a divisão dos fogos com escravos feito por Alves difere da divisão feita nesse texto.

A produção de milho não variou significativamente no período. A sua produção total que tinha sido de 19.411 alqueires em 1774 passou para 19.211 alqueires em 1835. Embora a produção desse cereal tenha mantido seus níveis de produção, o que se verifica é o aumento produtivo das unidades com pequenos planteis, ou aqueles com até cinco cativos.¹⁹⁷ Aumento da produção em 12,5%, considerando os anos de 1774 e 1835. Deve-se lembrar, que nesse caso, a participação dos fogos, com até cinco escravos e que cultivam milho, representam 16% do total de fogos (Tabela 11). Os fogos não detentores de cativos predominam na produção de milho, fazendo-se representar em 56% do total produtivo da Vila.

O que fica evidenciado na análise do período 1774-1835, é o fato de que a produção de alimentos está sendo feita preponderantemente nos fogos sem escravos ou naqueles em que predominam os pequenos planteis. Tal situação ganha saliência ao se observar que em nenhum dos anos considerados para a análise, 1774 e 1835, os fogos com mais de 6 escravos produziram os mantimentos agrícolas alimentares em quantidades superiores aos fogos sem escravos.

Enfim, trata-se de analisar uma atividade econômica, a produção de alimentos, que tem na mão-de-obra familiar sua sustentação. Tendo em vista que ainda não se pode dizer que Taubaté se constitua por grandes fortunas, ou fazendeiros de grandes cabedais, podemos afirmar que, se trata nesse momento, de maneira geral, de agricultores de pequenas posses, com alguns

¹⁹⁷ Repete-se aqui, o caso especificado na nota anterior.

poucos possuidores de escravos, e envolvidos em sua maioria com o comércio local/regional.

O envolvimento dessas unidades com o comércio também pode ser apreendido se considerarmos que entre os anos de 1823 e 1837, em pelo menos 15 sessões de Câmara, realizadas em Taubaté, foram despachados dezenas e dezenas de alvarás para licença de vendas e lojas. O que não significa estarem todas envolvidas com o comércio de abastecimento mas, certamente, dão os contornos da importância comercial da localidade e as possibilidades que esse comércio criava para as pessoas do Município de Taubaté.¹⁹⁸

Se, à exceção de alguns poucos casos, as licenças não explicitam a que tipos de estabelecimentos são dirigidas é sugestivo dizer que, nesse período de quatorze anos, constatou-se a ausência de qualquer tipo de reclamação pela falta de alimentos na localidade, o que é significativo considerando a constante presença, em documentos da época, de reclamações pela carência de alimentos.

Em alguns momentos, o que ressalta é a preocupação por parte do poder público com relação ao abastecimento do Município, o que não significa, necessariamente, uma crise no abastecimento. Como vemos no trecho a seguir::

¹⁹⁸Atas de Câmara de Taubaté, 1823-1837 e 1880-1883. Em sua estadia em Taubaté, 1860, Zaluar descreve o evoluir de vida na localidade. “É a cidade de maiores proporções e de mais movimento que até agora temos visitado na província de São Paulo. Comércio animado, alguns ramos da indústria cultivados com decidida vantagem local, excelentes ourives de prata, aos domingos um mercado abundante fornecido por todos os gêneros indispensáveis aos usos da vida, e concorrido por numerosos compradores e concorrentes, são mais que suficientes dados para se fazer idéia que nesta povoação há vida, elementos de progresso e aspirações louváveis”. ZALUAR, A. E. *Peregrinação pela província de São Paulo. 1860-1861.*

*“Acordou-se mandar publicar Edital para que não faltasse carne e mantimentos na Vila, principalmente na ocasião presente da vinda dos eleitores (...)”*¹⁹⁹

3.3. Estrutura dos domicílios em 1835.

Vejamos a significativa importância da mão-de-obra familiar no trabalho agrícola taubateense.

82,4% dos fogos agrícolas, em 1835, são encabeçados por pessoas casadas com média de idade de 39 anos (Tabela 14).

Do índice de casados, 70,9% tinham filhos, isto é, eram famílias nucleares num todo de 489 unidades. Diga-se que os fogos possuidores de até 5 filhos somam a quantia de 452, ao passo que aqueles com mais de 5 filhos alcançaram a quantia de 103 fogos.

Tabela 14 - Número de fogos por condição civil e naturalidade.
Taubaté, 1835.

est.civil	nº total	%	nat. de Taubaté	%	outros lugares	%	média/idade
casados	568	82,4	1	98,7	5	0,8	39
solteiros	23	3,3	18	78,2	3	13,4	43
viúvos	95	13,7	90	94,7	5	5,2	53

São Paulo: Martins, 1953, p.100.

¹⁹⁹ *Atas de Câmara de Taubaté*, 31 de janeiro de 1824, p. 42-43.

Fonte: Lista Nominativa de 1835, Taubaté. Arquivo do Estado de São Paulo.

Com índices bastante similares aos apresentados nesse estudo, Hebe de Castro,²⁰⁰ demonstra que o número de casados e viúvos supera em mais de 80% os encontrados para os solteiros e, que o número de fogos com mais de 4 filhos é a grande parte da amostra analisada. Conclui a autora que,

*Estes índices (são)(...) valiosos indicadores de que a família nuclear era precondição para a atividade agrícola independente que não dispusesse de capital e que um número elevado de filhos era sempre desejável nas relações matrimoniais.*²⁰¹

Estamos falando então do envolvimento de agricultores com o comércio local/regional, e não apenas isso, mas que a produção de excedentes para fins comerciais está sendo feita por unidades familiares. Enfim, o que se trata aqui não é da existência de famílias que participam do mercado com o que excede de sua produção de autoconsumo, mas da venda de um produto que antecipadamente é cultivado para esse fim e que está envolto a uma lógica de reprodução social e econômica estabelecida entre as famílias mais pobres daquela sociedade.

É inegável a importância que a estrutura familiar rural engendra no quadro das forças produtivas agrícolas e das relações comerciais e econômicas no espaço em que está inserida.

²⁰⁰Em relação aos dados fornecidos a região em questão refere-se a Campos, Capivari, recôncavo da Guanabara e Baixada Fluminense. CASTRO, H. M. M. de. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 59.

²⁰¹CASTRO, p. 60.

A análise da estrutura produtiva que ancora a produção das unidades agrícolas voltadas para a produção de alimentos põe à vista o papel da família como um núcleo produtivo de demasiada importância. Sheila Faria destaca a importância que a família numerosa exerce no contexto colonial quando se trata de pequenas unidades de produção baseadas no trabalho familiar. Referindo-se à dinâmica imposta pela família como fator de movimento na Colônia, assim expressa a autora: “A família numerosa propiciou o acesso à mão-de-obra escrava e a um nível de vida material razoável para época”.²⁰²

Os comentários de Faria talvez dêem base ao fato de que embora a quantia de fogos que utilizem o trabalhador cativo na produção de alimentos, não seja maioria em 1835 eles são, por outro lado, bem maior do que foram em 1798. A proporção de domicílios, com escravos na agricultura de alimentos em 1798 era de 7,8% em relação ao total. No ano de 1835 esse número vai a 38,5%.²⁰³

O aumento da posse de escravos por esses produtores se deu por seu ingresso no mercado de abastecimento e pela participação significativa da estrutura familiar como fator de produção no momento anterior a posse de escravos. Castro salienta que,

*Em zonas agrárias, a presença da família, pelo menos a constituída pelo casal, era condição básica para o estabelecimento de unidades domésticas de produção, em particular para os mais pobres.*²⁰⁴

²⁰²FARIA, S. C. *A Colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 154.

²⁰³RANGEL, tab. 4.14., p. 223.

²⁰⁴FARIA, p. 155.

Voltada não apenas para a produção de bens, que lhes são indispensáveis como os alimentos, mas também como unidade produtiva inserida no mercado de vendas e trocas, a quantidade de membros da família aparece como elemento fundamental de reprodução. Sheila observa ainda, que os,

*Lavradores precisavam de uma organização familiar que, além de garantir o preparo da comida e os cuidados com a morada, dividisse o trabalho agrícola e lhes desse filhos - mão-de-obra básica para que pudessem aspirar a melhores condições de vida.*²⁰⁵

A baixa representação de viúvos (Tabela 14) no universo analisado, expõe, por outra via, a importância do casamento como elemento social e econômico. É interessante notar que, dos 95 fogos representados por viúvos, 74 tem filhos dependentes. A média de idade dos viúvos é de 53 anos. Superior a média dos solteiros que é 43 anos. No caso dos solteiros encontram-se 3 fogos em que há a presença de filhos.

Dos 567, em que o cabeça é casado, em 515 fogos o cabeça é de cor branca, em 50 casos o cabeça é da cor parda. E em apenas 2 fogos o cabeça é negro.

Dos fogos em que o cabeça é casado, em 45 casos constata-se a presença de agregados. Entre os solteiros encontra-se 12 fogos com agregados. E em 17 casos que a presença de agregados se faz notar o cabeça é viúvo.

²⁰⁵FARIA, p. 53.

A preponderância dos casados não é mero fruto do acaso ou simplesmente um costume em que a maioria procura fazer parte. O casamento que, não raras vezes, acontecia entre parentes com algum grau de proximidade, tabu religioso, aponta o quanto era significativo para o mundo rural de antanho as alianças permeadas pelo matrimônio.²⁰⁶

A presença marcante de viúvos com filhos espelha a importância que a unidade agrícola nuclear possuía no universo rural. Significa também que estar viúvo pode ser uma condição passageira, uma vez que um novo casamento significa a divisão na responsabilidade de criação dos filhos, bem como a possibilidade de ampliação da mão-de-obra produtiva.

A viuvez tinha significados diferentes para os homens e para as mulheres, o que tornava a questão de um novo casamento diferenciada tanto para um como para o outro. Desta forma, alguns elementos tornam-se determinantes na formação de uma unidade civil e, por sua vez, na formação ou manutenção de uma unidade agrícola estável.

Uma mulher viúva que pretendesse unir-se novamente em casamento tornava-se mais interessante aos olhos de um homem à medida que pudesse oferecer condições reais para que a viabilidade econômica de um futuro fogo fosse possível em tempo mais curto possível. A estabilidade no tempo, que no mundo rural do dezenove está marcada pelas formas de inserção na comunidade, seja do ponto de vista econômico e social, era mais realizável quando se podia contar com uma família de caráter numérico razoável.²⁰⁷ O

²⁰⁶FARIA, esp. cap. I e II. cf. VAINFAS, R. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. esp. cap. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

²⁰⁷cf. MATCALF

que significa, que o envolver-se com uma viúva era mais atraente se esta já tivesse filhos em idade produtiva. Tal situação acarretaria a possibilidade de uma melhora econômica mais rápida.

Nesse sentido, para a mulher viúva com poucos filhos e pequenos, a possibilidade de arranjar um casamento podia levar algum tempo, isto é, alguns anos, até que os filhos já maiores pudessem se ocupar das lavras e lidas do dia-a-dia agrícola.

Essa situação fica melhor visualizada se considerarmos que em Taubaté, em 1835, a média de produção de milho, feijão e arroz nos fogos encabeçados por viúvos, que tinham filhos e não possuíam escravos, era de aproximadamente 40 alq. Enquanto nos fogos, que não tinham filhos nem escravos a média de produção, dos mesmos produtos, era de 23,5 alq.

Vê-se a importância econômica do casamento sobrepor-se à questão moral, uma vez que, nas

áreas rurais, o homem, principalmente o pobre, não estava muito preocupado com o passado sexual da mulher, ainda mais se levava para o matrimônio um grande número de filhos em idade produtiva". "Ao 'conhecer carnalmente' um homem, a mulher poderia estar no máximo 'por uns tempos', 'inepta para casar com outro qualquer homem', já que seria mãe de filhos pequenos. Com o tempo e o crescimento dos filhos, colocava-se normalmente, em vantagem no mercado matrimonial.²⁰⁸

A constatação, já demonstrada, do caráter familiar da produção de alimentos em Taubaté não é apenas uma contingência histórica que impossibilitasse o acesso à mão-de-obra cativa naquele momento. O

estabelecimento e aceitação na comunidade local passavam antes e, principalmente, pelo casamento. Desse recurso, muitos forasteiros lançaram mão, embora, não fosse esse o caso em Taubaté, que quase não possuía tais migrantes em 1835 (Tabela 14).

De qualquer forma, se consolidação econômica e social na comunidade local passava pelo matrimônio, a sua contraface, é o fato de que possibilitava, pelo caráter de coletividade que lhe vem embutida, de que no futuro a unidade agrícola formada ganhe em estabilidade.

4. Considerações finais

O propósito do texto foi analisar as atividades relacionadas a agricultura de alimentos e a importância que essas atividades tiveram para as populações que dela se serviram na virada do século XVIII para o XIX em Taubaté.

O relevante papel dessas atividades para a população taubateense vem das transformações porque passa a região do Vale do Paraíba paulista com a mudança da capital colonial para o Rio de Janeiro bem como a

²⁰⁸FARIA, p. 64.

transferência da corte portuguesa para esta cidade. Por ser lugar de passagem e um ponto de parada importante para os tropeiros - principalmente pela sua característica de entroncamento de caminhos para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo - que Taubaté se inscreve dentro do quadro comercial e econômico do sudeste de maneira destacada.

O fluxo constante de pessoas e mercadorias, bem como o substancial aumento populacional verificado na região nos fins do dezoito e início do dezenove, fomenta o comércio local e a produção de alimentos como feijão, arroz, milho e porco.

A saliente presença da mão-de-obra familiar nas atividades agrícolas de alimentos em Taubaté influenciava a participação ou não dos fogos no mercado local. Sendo a manutenção familiar sumamente importante para a reprodução econômica do domicílio, a venda dos alimentos passava anteriormente pela garantia da reprodução dos indivíduos envolvidos na sua produção. Disso infere-se a constante presença e ausência, verificada por Rangel, dos fogos voltados para o autoconsumo e agricultura comercial de alimentos. Não havia garantia de que o domicílio produtor de gêneros alimentares estivesse sempre disponível para vendê-los novamente num momento seguinte.

Assim, a irregularidade na oferta de mantimentos para o mercado está na dupla face que caracteriza os fogos envolvidos com essas atividades. Isto é, produzir alimentos é fundamental para garantir a reprodução domiciliar. Por outro lado, possibilita a inserção do fogo no comércio local/regional. Essa mão dupla é quase uma determinante sobre em qual momento o fogo poderá

vender ou não sua produção.

Momentos de crise na produção de alimentos deslocava os pequenos produtores para fora do comércio local/regional tendo em vista a proeminência que tinha a reprodução familiar em relação a participação no comércio.

Estar envolvido em atividades produtivas diversificadas era uma forma de aumentar as possibilidades de ingresso e manutenção no mercado local/regional sem comprometer a reprodução familiar. É nesse sentido que constatei em muitos casos o envolvimento de tropeiros com a produção de alimentos, de pequenos agricultores com a criação de porcos e ou plantação de café e de vendeiros que produzindo alimentos também tinham mulas tropeiras.

Essa maneira diversificada de se envolver com inúmeras atividades tem sido, ao meu ver, confundida por estudos que têm o intuito de mapear as atividades de caráter exportador, especialmente quando se trata da produção de café. O interesse em dar contornos à atividade cafeeira no Vale do Paraíba paulista - muito porque essa atividade foi sobremenira importante para a região - acabou por transformar todo domicílio em que aparece a produção de café em domicílio cafeeiro, legando às outras atividades um papel secundário.

Acredito que mapear os domicílios em que aparece a produção de café sem transformá-los em domicílios cafeeiros não trará prejuízos para o entendimento e importância que essa atividade teve na região.

Esse estudo é modesto em suas pretensões e embora avance alguns passos no entendimento da historiografia brasileira está cercado de incertezas dado o

pouco que se conhece do nosso passado, ainda mais quando se trata de estudar os estratos mais humildes da população.

Fontes e Bibliografia

fontes manuscritas

Listas Nominativas, Taubaté, anos 1829 e 1835. Arquivo do Estado de São Paulo.

fontes impressas

Atas de Câmara de Taubaté, 1842-1856. Documentos para a história do Vale do Paraíba, Universal, 1943.

Atas de Câmara de Taubaté, 1823-1837 e 1880-1883. Documentos para a história do Vale do Paraíba, Universal, 1944.

Jornal *A Imprensa de Taubaté.* 1876. Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté.

Jornal *O Taubateano.* 1863. Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté.

Jornal *O Taubateense.* 1863. Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté.

fontes secundárias

CLETO, M. P. Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la". In: *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1977.

ESCHWEGE, W.Von. *Pluto Brasiliens.* 1º vol. Nacional, São Paulo, 1944.

MAGALHÃES, B. de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial.* Rio de Janeiro: Brasiliense, Nacional, 1978.

MULLER, D. P. *Ensaio d' um quadro estatístico da Província de São Paulo.* São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo.* Rio de Janeiro: Brasiliense, Nacional, 1932.

ZALUAR, A. E. *Peregrinação pela província de São Paulo. 1860-1861*. São Paulo, Martins, 1953.

Bibliografia

ALMEIDA, A. de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins, USP, 1981.

ALMEIDA, C. M. C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1994.

ALVES, M. M. *Caminhos da pobreza. A manutenção da diferença em Taubaté, 1680-1729*. Prefeitura Municipal de Taubaté. Taubateana, nº19, 1999.

ANDRADE, A. C. de A. & ABREU, M. M. *História de Taubaté através de textos*. Taubateana nº 17, Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1996.

ASSUNÇÃO, M. R. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. *Estudos: Sociedade e Agricultura*. UFRJ, nº 14, abril, 2000.

ARRUDA, J. J. de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BACELLAR, C. de A. P. *Família e sociedade numa economia de abastecimento interno. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1994.

BRANDÃO, C. R. Cidade, vila e sertão. *Revista Estudos*. Taubaté: nº 3, GEIC/Unitau, 1988.

BRANDÃO, C. R. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, C. R. *Partilha da vida*. São Paulo: Cabral, 1995.

BRUNO, H. S. *Viagem ao país dos paulistas*. Rio de Janeiro: 1966.

CARDOSO, C. F. As concepções acerca do 'sistema econômico mundial' e do 'antigo sistema colonial': a preocupação obsessiva com a extração de excedentes. LAPA, J. do A. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou camponês?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, H. M. M. de. A escravidão fora das grandes unidades exportadoras. CARDOSO, C. F. S. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 32-45. 1988.

- CASTRO, H. M. M. de. Mercado interno, trabalho livre e escravidão: a agricultura de alimentos na província fluminense na segunda metade do século XIX. *Revista Rio de Janeiro*. Niterói: 1(4), pp. 87-95, set/dez. 1986.
- CASTRO, H. M. M. de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, H. M. M. de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudoeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. MATTOS, H.
- Comitê Pró Associação para o Desenvolvimento Cultural e Ambiental de São Luís do Paraitinga. *São Luís o ano inteiro*. Taubaté/SP: Vogal Editora, 1997.
- COSTA, D. I. P. da, Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não exportadoras. *Estudos Econômicos*. São Paulo: v.26, n.1, p. 111-136, jan. abril, 1996.
- COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- COSTA, I. del N. da. & NOZOE, N. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. *Estudos Econômicos*, 19 (2), p. 319-345. 1989.
- EISENBERG, P. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - século XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.
- FARIA, S. C. *A Colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRAGOSO, J. L. F; FLORENTINO, M. G. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992
- FRAGOSO, J. L. R. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983.
- FRAGOSO, J; FLORENTINO, M; FARIA, S. C. *A economia colonial brasileira – séc. XVI-XIX*. São Paulo: Atual, 1998
- FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

- FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia em perspectiva*. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2000
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1989.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 5ª.ed., São Paulo: Ática, 1988.
- GOULART, J. A. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- HERRMANN, L. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- HOLANDA, S. B. & MAIA, T. *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. São Paulo: Nacional, 1975.
- INSTITUTO de ESTUDOS VALEPARAIBANOS, *Anais do VI Simpósio de História do Vale do Paraíba*. Juiz de Fora: S. N., 1982.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão. Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LENHARO, A.. Rota menor: o movimento da economia mercantil de subsistência no centro-sul do Brasil, 1808-1831. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: USP, 28: 25-49, 1977/78.
- LINHARES, M. Y. e S., Francisco C. T. de. *História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- LINHARES, M. Y. Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão. *Estudos Econômicos*. vol. 13, nº especial, 1983.
- MAGALHÃES GODINHO, V. *Ensaio*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1970.
- MAIA, T. & MAIA, T. R. de C. *Folclore de tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.
- MARCÍLIO, M. L.. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: Tese de Livre Docência. FFLCH-USP, 1974.
- MARCONDES, R. L. Uma resenha da riqueza paulista por meio dos inventários. *Revista de História Econômica & História de Empresas*, São Paulo: Hucitec/ABPHE, p. 145-152, 1998.
- MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira. Vale do Paraíba - século XIX*. Lorena, SP: Stiliano, 1998.

- MARCONDES, R. L. *O abastecimento de gado do Rio de Janeiro - 1801-1811*. Toopoy, UFRJ, nº2. No prelo.
- MARTINS, R. B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*. vol. 13, nº1, 1983.
- MARTINS, V. *Nem senhores, nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. CMU/UNICAMP, 1996.
- MATCALF, A. Recursos e Estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 13, nº Especial, 1983.
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios. Contribuição para estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: Bipa, 1946.
- MONTEIRO, J. M. Distribuição da riqueza e as origens da pobreza rural em São Paulo (século XVIII). *Estudos Econômicos*. 19 (1): 109-130, jan/abril. 1989.
- MONTEIRO, R. C. M. *Criadores, cafeicultores, terra e mão-de-obra. Araraquara e São Carlos na era da transição, 1830-1888*. Dissertação de Mestrado. UNESP/ARARAQUARA, 2000.
- MOTA SOBRINHO, A. *A civilização do café: 1820-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: Tese de Doutorado. IPE/USP, 1990.
- MOTTA, J. F. O advento da cafeicultura e a estrutura de posse de escravos (Bananal, 1801-1829). *Estudos Econômicos*. 21 (3), p. 409-434. 1991.
- MOTTA, J. F. & NOZOE, Nelson. *Cafeicultura e acumulação*. *Estudos Econômicos*. IPE/USP, 1994.
- MOURA, D. A. Soares de. *Saindo das sombras: homens livres e pobres vivendo a crise do trabalho escravo. Campinas - 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1991.
- MÜLLER, N. L. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- NAXARA, M.R.C. *Estrangeiro em sua própria terra: representação do trabalhador nacional - 1870/1920*. Campinas: Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1991.

- NOZOE, N. & MOTTA, J. F. Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829). *locus: revista de história*. Juiz de Fora: vol. 5, nº1, p. 51-84. 1999.
- OLIVEIRA, M. R. Mercado interno, família e parentesco: A formação do sistema agrário na Zona da Mata mineira - 1780-1860. *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica/ 3º Conferência Internacional de História de Empresa*. Niterói: 13-16. out. p. 171-178. 1996
- ORTIZ, J. B. *São Francisco das chagas de Taubaté*. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998.
- PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968.
- PRADO Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- RANGEL, A. de S. A economia de Taubaté: 1798 a 1835. *Estudos Econômicos*. São Paulo: v. 23, nº 1, p. 149-179. jan/abr. 1993.
- RANGEL, A. de S. *Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1990. (mimeografado).
- SAMARA, E. de M. Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial, 1780-1830. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 11 (3), p. 159-168. 1981.
- SCOTT, A. S. V. Migração e família no Vale do Paraíba - século XVIII e XIX. *Anais. XII Simpósio de história do Vale do Paraíba - Migração no Vale do Paraíba*. São José dos Campos. 13-16, jul. 1994. São José dos Campos: UNIVAP, 1996.
- SILVA, J. G. da. Et alli (org.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 3ªed. São Paulo: Nacional, 1957.
- SOTO, M. C. M. *Pobreza e conflito (Taubaté, 1860-1935)*. Tese de Doutorado. USP, s.d.
- SOUZA, S. M. de. Além dos cafezais – a diversificação produtiva na economia cafeeira: o caso de Juiz de Fora. 1850-1888. *Anais. II Congresso Brasileiro de História Econômica/ 3º Conferência Internacional de História de Empresa*. Niterói: p. 178-182. 13-16. out. 1996.

- STADNIK-PIVANO, H. *Processo de recuperação da economia paulista de 1765 a 1850*. Tese de Doutorado. FFCH/ USP. S.d.
- STEIN, S. J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, A. d'E. *Pequena história do café no Brasil, 1727-1937*. Rio de Janeiro: 1945.
- TAUNAY, A. de E. *História das bandeiras paulistas*. 3º ed., São Paulo: Melhoramentos, Brasília, , INL, 1975.
- TOLEDO, F. S. *Desbravamento e povoamento no Vale do Paraíba no final do século XVIII*. Revista da Faculdade Salesiana, Lorena/ S.P: nº 25, p. 49-67, 1976.
- TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração Publica e Comunicações, 1992.
- TURRAZI, M. I. *Poses e trejeitos. A fotografia e as exposições na era do espetáculo. 1839-1889*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Rocco, 1995.
- VAINFAS, R. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- VANGELISTA, C. *Os braços da lavoura. Imigrantes e caipiras na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- ZAMELLA, M. P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1990.